

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Das reivindicações sindicais à organização  
sócio-produtiva no Município de Moju –  
Pará, nos anos 80/90**

Belém  
2008

Andreia de Souza Bezerra

# **Das reivindicações sindicais à organização sócio-produtiva no Município de Moju – Pará nos anos 80/90**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria José de Souza Barbosa

Belém

2008

# **Das reivindicações sindicais à organização sócio-produtiva no Município de Moju – Pará nos anos 80/90**

## **Banca Examinadora**

---

Dra. Maria José de Souza Barbosa  
Orientadora e Presidente da Banca

---

Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento  
Avaliadora Interna

---

Dra. Maria Marize Duarte  
Avaliadora Externa

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca de Pós-Graduação do Centro sócio Econômico, Belém-PA - Brasil).

---

Andréia de Souza Bezerra

Das reivindicações sindicais à organização sócio-produtiva no Município de  
Moju - Pará

Andréia de Souza Bezerra; Orientadora, Maria José de Souza Barbosa. – 2008.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Para, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas  
Programa De Pós-Graduação Em Serviço Social, Belém, 2008.

---

Aos meus pais, pelo carinho e estímulo em todos os momentos que pensei em desistir.

Ao meu companheiro pela paciência e apoio afetuoso no período de elaboração deste trabalho. E as minhas filhas que por diversas vezes estive ausente do convívio devido o momento de elaboração desta dissertação.

A Deus pela presença constante neste caminhar. Aos colegas e professores do curso de mestrado, pelos ensinamentos e debates que contribuíram para adensar a leitura crítica da sociedade, que há muito tempo inspiravam minha intervenção política e social; também aos colegas do trabalho que muito me incentivaram e contribuíram para o final deste processo. As minhas filhas Adriane (7 anos), Larissa (5 anos) e Raissa (3 anos), que muitas vezes perdi a paciência e me mostrei ausente por estar construindo a dissertação, e em especial ao meu marido e GRANDE companheiro Márcio que sempre esteve ao meu lado em todas minhas grandes decisões. A Professora Maria José Barbosa, pelas orientações de final de semana e pelo incentivo a não desistir.

Aos trabalhadores, que de um modo geral, inspiram-me na busca por uma sociedade igualitária, particularmente ao integrante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Moju, Manuel Libório, que sempre demonstrou firmeza na luta por transformações sociais qualitativas para o seu município.

## RESUMO

Busca-se, nesta dissertação, entender as novas formas de organizações da produção, surgidas na década de 80 a 90, com o deslocamento das reivindicações estritamente políticas, cuja expressão mostra-se na constituição de políticas públicas na garantia de direitos aos pequenos produtores do meio rural. Como objeto de estudo tem-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, que vem apresentando características peculiares em relação ao acesso a meios de uso comum como potencializador do desenvolvimento local. O sindicato dos trabalhadores rurais articula ações que possibilite ao agricultor familiar organizar processos de cooperação a fim de assegurar a sua perenidade e participar da riqueza constituída coletivamente, uma ferramenta que responsabiliza todos sob uma rede interativa que compõe a produção e reprodução da economia solidária. Dito isto, conclui-se que agricultura é impactada por transformações em sua estrutura de produção e seus sujeitos que se tornam ativos na construção de novas formas de produção com sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. Analisar e compreender fatores endógenos e exógenos que tem significado processos de mudança social neste município. Nesta perspectiva, vê-se que aspectos não econômicos, ou seja, cultural, social e políticos aparecem com destaque no surgimento de uma nova mentalidade, cujo eixo é economia solidária como condição de melhoria de vida no campo, tendo em vista a mobilização em torno da implantação de novos equipamentos e serviços coletivos. Observamos ainda a inserção da igreja no processo de organização social dos movimentos sociais. Pode-se dizer que há uma mobilização produtiva dos territórios a partir de uma efetiva participação das redes técnicas, políticas e institucionais na produção de uma dinâmica potencializada pelas organizações sociais de produção. Isto significa que as instâncias locais ganham relevância por constituírem um campo de ação estratégica para criação de um ambiente produtivo inovador, na qual as formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais se desenvolvem e se institucionalizam de tal modo, que ampliam as oportunidades locais, gerando trabalho e renda sob uma nova configuração.

**Palavras chaves:** desenvolvimento local, agricultura familiar, cooperação, associação.

## ABSTRACT

One search's, in this dissertation, to understand the new forms of organizations of the production, appeared in the decade of 80 the 90 with the displacement of the claims strict politics, whose expression reveals in the constitution of public politics in the guarantee of rights to the small producers of the agricultural way. As study object it is had Association of the Athletical one of the City of Moju, which comes presenting characteristic peculiar in relation to the access the ways of use joint as enhanced it local development. To analyze and to understand endogenous and exogenous factors that has meant processes of social change in that locality. In the perspective, he observes yourself as not economic aspects, that is, cultural, social and politicians appear with prominence in the sprouting of a new mentality, whose axle is solidary economy as condition of improvement of life in the field, in view of the mobilization around the implantation of new equipment and collective services. This means that the local instances gain relevance for constituting a strategically field of activity for creation of an innovative productive environment, in which the forms of cooperation and integration of the productive chains and the economic and social nets if develops and if they institutionalize in such way, that they extend the local chances, generating work and income under a new configuration. In the community of the Athletical one, the familiar work allows to organize cooperation processes in order to assure its permanence and to participate of the wealth consisting collectively, a tool that makes responsible all under an interactive net that composes the production and reproduction of the solidary economy. Moreover we observe the insertion of the church in the process of social organization of the social movements. He can yourself be said that he has a productive mobilization of the territories from an effective participation of the nets institutional techniques, politics and in the production of a dynamics potentized for the social organizations of production. Said this, one concludes that agriculture is impacted by transformations in its structure of production and its citizens become active in the construction of new forms of production with partner-economic and ambient support.

Words keys: local development, familiar agriculture, cooperation, association.



### **Listas de Quadros**

Quadro 01: Demonstrativo das reivindicações da agricultura familiar

Quadro 02: Proposta de ações e projetos do grupo temático de saúde

Quadro 3 – Proposta de ações e projetos do grupo temático de educação.

### **Lista de Tabelas**

Tabela 01- Distribuição da POC por posição na ocupação e a categoria no trabalho principal 1991/2000

Tabela 02 – Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes 1994/1996.

Tabela 3 - Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2003-

Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000

### **Lista de abreviaturas e siglas**

ABCOOP – Associação Brasileira de Cooperativas  
ADS – Agência de Desenvolvimento Social  
API – Área de Programação Imediata  
ARENA – Aliança da Renovação Nacional  
BASA – Banco da Amazônia S/A.  
CEB – Comunidade Eclesial de Base.  
CMDL – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Local.  
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra.  
CUT – Central Única de Trabalhadores  
DELIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural  
FDELIS – Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável  
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FNO – Fundo Constitucional do Norte.  
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
IDESP – Instituto de Desenvolvimento Social do Pará  
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano  
MST – Movimento dos Sem Terra  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
OCEPA – Organização das Cooperativas do Estado do Pará  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDJUS – Plano de Desenvolvimento Ajustante  
PIB – Produto Interno Bruto  
PITCPES – Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários  
PME – Pequena e média empresa  
PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
PRODEX – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo  
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SEPOF – Secretaria de Estado de Planejamento, orçamento e Finanças  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.  
UFPA – Universidade Federal do Pará.

## SUMÁRIO

Páginas	
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL.....	14
Desenvolvimento Local: perspectivas e possibilidades.....	14
Desenvolvimento Sustentável: um sonho a se realizar?.....	20
Desenvolvimento e Economia Solidária.....	26
CAPÍTULO II	
EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.....	33
A Dinâmica Territorial da Região do Baixo Tocantins nos anos 80-90.....	33
O Município de Moju e sua dinâmica territorial nos anos 80-90.....	49
CAPÍTULO III	
O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS NA CONSTITUIÇÃO DE FORMAS DE TRABALHO ASSOCIATIVISTA NO MEIO RURAL.....	56
Da constituição da CUT à crise do novo sindicalismo.....	56
Das reivindicações sindicais à organização sócio-produtiva sob a Economia Solidária.....	65
As Novas formas de Organizações Sociais diante da economia solidária.....	73
A gênese do novo sindicalismo rural.....	79
O Sindicalismo e a Construção do Trabalho Associativista.....	84
O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Moju em busca do Desenvolvimento Local Sustentável.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
BIBLIOGRAFIAS REFERENCIADAS.....	101

## Introdução

Apresenta-se o resultado da pesquisa para dissertação de mestrado em que se buscou compreender as novas formas de organizações sociais criadas a partir da década de 80, quando se percebe uma ampliação no papel dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais STR, que antes se estruturam para atuar sob uma perspectiva assistencialista, mas que a partir da década de 80, com a conquista da democratização do país, passaram a lutar em busca de políticas públicas voltadas ao meio rural e hoje além dessa pauta têm sido um dos principais protagonistas na formação de cooperativas e associações de produtores como instrumentos de desenvolvimento local.

A decisão de trabalhar o tema das “Reivindicações sindicais à organização sócio-produtiva no Município de Moju – Pará” deu-se em 2003, quando era técnica do Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES da UFPA, que desde 2001 vem disponibilizando transferência de tecnologia social, por meio do processo incubação<sup>1</sup> a empreendimentos solidários, a fim de alavancar cadeias produtivas e suas potencialidades para a melhoria da produção em consonância com a melhoria das condições de vida, a partir da geração de trabalho e renda articulados a políticas públicas de desenvolvimento econômico-social.

Neste sentido, o PITCPES busca a auto-gestão dos empreendimentos de economia popular, pautada nos saberes e conhecimentos locais. Para, atingir esta meta desenvolve um processo de formação que é promovido por meio de seminários, palestras, cursos e oficinas direcionados às temáticas: economia solidária, desenvolvimento local, sustentável e regional, relações de trabalho e cidadania, reestruturação produtiva, organização social, cooperativismo, associativismo, plano de negócios, contabilidade possibilitando a formação de pequenos empreendedores, a partir de um intercâmbio

---

<sup>1</sup> Incubação consiste em ações participativas com base nos princípios da economia solidária, ou seja, gestão participativa, trabalho cooperativo e associativista, dentre outros que são operados por um processo dialógico, objetivando fortalecer o protagonismo do grupo e sua autonomia em relação à equipe do PITCPES.

acadêmico-científico e de experiências de incubação desenvolvidas por outros núcleos da REDE UNITRABALHO<sup>2</sup>.

A questão principal a ser respondida nesta dissertação diz respeito à ruptura ou continuidade em relações a estratégias de promoção do desenvolvimento local, no deslocamento das lutas eminentemente reivindicativas para as formas de organização produtiva. A fim de entender esse percurso buscou-se entender as lutas e organização do STR de Moju, a partir de contatos realizados em maio de 2004, quando iniciamos uma articulação para o planejamento de ações de formação para agricultores ligados ao STR. Nesta oportunidade aplicou-se um questionário e realizou-se entrevista com os representantes das organizações sociais, a fim de construir um diagnóstico sobre a organização dos trabalhadores locais, haja vista que faz parte da metodologia da Incubadora conhecer os potenciais organizativos e a viabilidade econômica e social dos empreendimentos que serão acompanhados.

A ITCPES/UFPA, com base nos dados levantados, realizou cursos sobre cooperativismo, associativismo e consórcios; plano de negócio; noções básicas de contabilidade; noções básicas de direito comercial e tributário, dando ênfase ao cooperativismo; e boas práticas de alimentos. Assim, de posse desse material e mesmo do processo de incubação, ou seja, formação e acompanhamento técnico do empreendimento iniciou-se o levantamento bibliográfico, a sistematização de relatórios, as entrevistas que contribuíram para os achados da pesquisa. Este material está dividido nesta dissertação em forma de capítulos.

No capítulo um, intitulado Desenvolvimento Local Sustentável: a construção de uma nova alternativa de inclusão social, trabalha-se temas como o desenvolvimento local, perspectivas e realidades, desenvolvimento sustentável como um sonho a se realizar e o desenvolvimento e a Economia Solidária.

---

<sup>2</sup> A UNITRABALHO é uma rede interuniversitária de caráter nacional que desde a sua criação, em 1996, vem desenvolvendo diversas ações relacionadas com o mundo do trabalho, envolvendo estudos, pesquisas e atividades de extensão. Sua missão tem sido integrar universidades e trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Para isto, busca-se a síntese do saber da academia juntamente com o saber dos trabalhadores, para qualificar a organização e a ação social.

No capítulo dois, denominado Em busca do Desenvolvimento Local Sustentável, procurou-se contextualizar, de modo breve, a região paraense conhecida como Baixo Tocantins, uma vez que foi uma das primeiras ocupadas no Norte, para a exploração de produtos extrativista. A grande maioria dos municípios estabelecidos na região teve como origem pequenos agrupamentos indígenas a partir de processos de catequização ao longo dos rios amazônicos, que hoje vem potencializando as ações voltadas ao desenvolvimento local sustentável, haja vista estarem estreitamente relacionados às práticas sócio-produtivas e culturais das populações tradicionais.

No capítulo três trata-se do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Moju na constituição de formas de trabalho associativista no meio rural. Procurou-se contextualizar questões voltadas para o sindicalismo no contexto de constituição da CUT a fim de compreender como ocorreu a gênese do novo sindicalismo rural até à crise no mundo do trabalho e suas repercussões no novo sindicalismo. Para entender como as reivindicações sindicais forjaram à organização sócio-produtiva sob a base da organização do sindicalismo no Pará e, principalmente, da construção histórica do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Moju, que acompanha e vem articulando produtores rurais em Moju e em sua trajetória de organização social e suas alterações desde a transição do assistencialismo ao processo de democratização nas décadas de 80 a 90.

Diante disso, as formas de organizações sociais criadas a partir da década de 80, ampliou o papel dos sindicatos de trabalhadores rurais – STR, visto que, passaram a lutar em busca de políticas públicas voltadas para o meio rural. Este estudo busca respostas para a ruptura ou continuidade em relação as estratégias de promoção do desenvolvimento local, no deslocamento das lutas que eram eminentemente reivindicativas para as formas de organização produtiva.

## **CAPÍTULO I**

### **Desenvolvimento local sustentável: a construção de uma nova alternativa de inclusão social**

#### **1.1 Desenvolvimento Local: perspectivas e possibilidades**

Segundo Cota (1991), o sentido do termo “desenvolvimento” não costuma ser explicitado, apesar de seu emprego ser tão freqüente. Sempre se faz de conta que será bem entendido. Consciente do problema, Corbridge (1991) costumava comparar o desenvolvimento à figura de um elefante: difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer. Isto porque nos países considerados desenvolvidos, as pessoas tinham muito mais chances e opções de inserção sócio-produtiva do que os habitantes das áreas subdesenvolvidas.

Então, entendo que o desenvolvimento só poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolha. Não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas, sobretudo, das oportunidades de expansão das potencialidades humanas, que dependem de fatores sócio-culturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade.

Segundo Veiga (2000), a visão que aposta na descentralização do Estado e no fortalecimento do poder local começou a tomar corpo já na década de 70, precisamente na segunda metade daqueles anos, com a crise do chamado Milagre Econômico e a crítica sobre a atuação do Estado centralizador, enfatizando não só o papel da sociedade civil organizada na estruturação das políticas públicas, como também a relevância dos setores populares como atores fundamentais deste processo.

A atuação desses movimentos populares, reivindicando formas de participação social nas políticas públicas, teve enorme importância no processo de transição democrática quando, a partir dos anos 80, tem início o processo de redemocratização e de descentralização das políticas públicas.

Assim, o acesso aos bens e serviços coletivos que “constituíam a materialidade dos direitos (moradia, saúde e ensino públicos, bens de consumo duráveis e serviços públicos) (...)” (COCCO *apud* BARBOSA, 2005) é, hoje, de fundamental importância para o deslocamento da perspectiva de desenvolvimento do nacional ao local. A participação popular na gestão local se mostra efetivamente pelas conquistas em face das contradições, desequilíbrios e distanciamentos sociais, herdados de uma intervenção centralizadora, burocrática e tecnicista do Estado patrimonialista.

Segundo Veiga (2000), o desenvolvimento local foi pensado como algo que gerasse melhores condições de vida para a população atual e garantisse a das próximas gerações. A noção de desenvolvimento, desde o pós-guerra, tem sido interpelada tanto pelos movimentos sociais e setores da sociedade civil, quanto por vários intelectuais preocupados com a produção de riqueza distribuída para o conjunto da sociedade. Neste sentido, Veiga (2001), ao tratar do desenvolvimento local, o afirma como um objetivo da realização do ser humano, pois, sob esta concepção, a democratização do acesso à informação, à formação e às condições materiais e imateriais do desenvolvimento, à medida que expressa processos de empoderamento de trabalhadores e de setores sociais excluídos em busca de ampliação da cidadania.

O desenvolvimento local, para Veiga (2000), pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento humano e se orienta pelas dimensões socioculturais, as quais pressupõem a participação do cidadão nas estruturas de poder, portanto, nas decisões, tendo como referência a história, os valores relacionados à ética na política e na vida cotidiana, bem como na cultura do território. O resgate da identidade cultural local alavanca a auto-estima e evoca um sentimento de pertencimento, a fim de valorizar o patrimônio histórico do local.

A dimensão político-institucional está relacionada à participação dos segmentos sociais para que seja produzido consenso na construção de políticas públicas negociadas entre agentes governamentais, agentes do mercado e da sociedade civil, provocando alterações à economia local e propiciando o exercício da cidadania ativa.



A dimensão ambiental, de gênero e de etnia, atinge princípios democráticos e de sustentabilidade, bem como questões urbanísticas e estéticas que também são relevantes para a qualidade de vida, com o compromisso das pessoas, das empresas, das organizações sociais e das instituições, a fim de resolver os problemas ambientais e a busca de soluções com a criação de empreendimentos produtivos ligados ao meio ambiente. Os enfoques geracional, étnicos e de gênero buscam reconhecer as diferenças e garantir a equidade através de políticas específicas e de ação afirmativa.

A dimensão econômica sob a perspectiva do desenvolvimento local tem como preocupação central o fortalecimento das cadeias produtivas locais, integrando redes de pequenos produtores e pequenas empresas associativas, para dar ênfase à agregação de valor aos produtos locais e à diversificação das atividades produtivas.

Nesse sentido, podemos afirmar que a categoria desenvolvimento local assume um papel relevante para o entendimento dos aspectos endógenos na consolidação de melhoria de vida em ambientes sem industrialização maciça, característica marcante no âmbito da região amazônica, onde prevalece a agricultura familiar como sujeito essencial à construção da Amazônia.

Jesus (2003) conceitua o desenvolvimento local como um processo que mobiliza pessoas em forma de organizações, instituições, buscando a transformação da economia e das sociedades locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, trata-se de um esforço localizado e concreto, mas que não está restrito ao local, uma vez que se articula com o regional, o nacional e o global.

No entanto, ressalta-se que o desenvolvimento passa a ser uma relação que se configura a partir do envolvimento de lideranças, instituições e habitantes de um determinado lugar, na execução de ações favorecedoras de mudanças na estrutura produtiva, tendo em vista as novas dimensões da relação entre o capital e o trabalho.

Para Cocco (*apud* BARBOSA, 2005), o desenvolvimento local, no Brasil, está assentado em dois grandes mitos: o primeiro, de ordem exógena, coloca-se como um “bem de importação”, isto é, o desejo de transposição do modelo dos distritos industriais da Terceira Itália; o segundo, de caráter endógeno,

seria estruturado como uma “substituição da importação”, pois o Brasil dispõe de distritos ou *clusters*. Portanto, caberia apenas sua replicabilidade em outras regiões.

Esses dois mitos, segundo o autor, constroem uma afirmação de que o Brasil tem uma dinâmica de desenvolvimento local, não sendo necessária a importação do modelo italiano, ou, no sentido oposto, os casos brasileiros tornam a implantação do modelo italiano uma realidade, já que existem processos industriais comparáveis. Neste sentido, o desenvolvimento local pode levar a uma nova trajetória de desenvolvimento industrial sob as dimensões e variáveis do modelo italiano, de acordo com o que se vê em alternativas internacionais como o *Silicon Valley*, na Califórnia, ou a economia da inovação.

No entanto, a transposição de modelos é impossível dada às características locais, isto é, o DNA de cada localidade como afirma Gurisatti (Idem, 2005). O que pode ser evidente, em termos de semelhança entre as redes de pequenas e médias empresas da Terceira Itália e das redes e *clusters* de algumas regiões brasileiras, não é tão evidente assim, posto que para além de conclusões apressadas, as duas trajetórias precisam ser relativizadas, uma vez que o modelo de desenvolvimento local não pode ser reduzido às dinâmicas de integração horizontal entre PMEs, que operam em cadeias produtivas homogêneas ou próximas.

Para Barbosa (*apud* COCCO; GURISATTI, 2004), afirmam que os distritos industriais italianos não resultaram de políticas específicas. O desenvolvimento teve como marco macro-econômico os dispositivos de *Welfare*, os quais possibilitaram, direta ou indiretamente, os mecanismos potenciais que alavancaram a heterogeneidade imanente às dinâmicas regionais e territoriais, ou seja, às especificidades impressas à complexidade que constitui o DNA deste desenvolvimento, algo difícil de transplantar para outras localidades.

Neste sentido, a difusão desta experiência para os estados brasileiros é um tanto quanto complicada, dadas as suas dimensões territoriais e as suas características regionais tão diferenciadas. As dinâmicas de desenvolvimento local são balizadas pelas raízes culturais, como nas experiências italianas, onde a pequena propriedade fundiária favoreceu a mobilidade dos territórios

produtivos e as trajetórias industriais, mesmo em face da baixa capacidade de inovação e, até mesmo, da tecnologia arcaica.

Nestes termos se dariam a integração e a sustentabilidade, pois a nova expressão da velha questão social seria tratada no âmbito do poder local, que metamorfosearia as políticas do desenvolvimento, tendo em vista a mobilização de atores sociais expressivos da sociedade civil, como as ONGs e o Terceiro Setor.

Sob a perspectiva desses autores, na Terceira Itália, o local é a escala de uma nova política industrial enfatizando a realidade industrial dos *clusters*, distritos e redes de PMEs. Assim, embora as políticas industriais não estejam centradas nas cadeias produtivas setoriais, elas continuam a ser um elemento essencial ao desenvolvimento local, pois ele torna-se a marca de uma política que busca a inovação sob a dinâmica mobilizada pelos sujeitos, pelas instituições e pelas redes sociais que desenham papel fundamental nos sistemas de inovação local.

De um lado, a visão neoshumpeteriana mostra-se nas políticas estatais de fomento à inovação, como suporte da dinâmica de inovação de tipo tradicional. O local, neste sentido, apresenta-se no limite da produção, reduzindo a questão social ao nível de uma perspectiva discricionária, embora mostre a vantagem de identificar as formas de mobilização política que qualificam esta escala. A agenda do desenvolvimento é pautada pelos deslocamentos estratégicos sob a base da economia do conhecimento, ou seja, do capitalismo cognitivo (BOUTANG; CORSANI *apud* BARBOSA, 2004).

A visibilidade do local, hoje, é dada por suas múltiplas determinações, ou seja, por ela se constituir a partir de redes técnicas e sociais circunscritas aos distritos, instituições, dinâmicas regionais etc. A mobilização de diferentes sujeitos sociais, a partir de um espaço cada vez mais coletivo, cria novas ambiências, fato este que tem sido colocado como dimensão de um novo marco de regulação do mercado sob a mediação social, pois no local concentram-se articulações e negociações de todos os tipos, as quais configuram mercados e redes de crédito, relações de colaboração e interesses diversos. Nesta ambiência proliferam-se pequenas e médias empresas individuais e coletivas, muitas vezes, invisibilizadas por mecanismos informais, processos de terceirização e de precarização do trabalho criativo.

Sob esta perspectiva, as complexas relações existentes nas dinâmicas entre o mercado, o Estado e a sociedade contribuem para a constituição pública de um espaço comum, que ocorre sob a re-articulação entre produção e consumo.

## **1.2 Desenvolvimento Sustentável: um sonho a se realizar?**

O desenvolvimento sustentável, em tese, é um compromisso com as possibilidades de liberdade. O crescimento econômico não está diretamente ligado ao combate à pobreza, aos indicadores de produção de riquezas, demonstradas basicamente por percentual de aumento da renda *per capita*, o que mais confunde do que esclarece, haja vista, que a renda está, em grande parte, concentrada em poucas mãos.

O impacto deste indicador na redução da pobreza pode oscilar de 1% a 5%. Essa variação é ainda maior quando, em vez da renda, são considerados outros indicadores de pobreza, como, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil (COELHO & COTA, 2006).

Em relação aos indicadores que mais ajudam na compreensão sobre a redução da pobreza, destaca-se o grau de desigualdade. Quanto menos desigual for uma sociedade, maior será a redução da pobreza engendrada pelo crescimento econômico. Seu impacto é pequeno quando há disparidade no acesso à propriedade da terra ou à educação, ou quando são fortes as distâncias étnicas ou de gênero.

Durante muito tempo, foi aceita a idéia de que a redução da desigualdade seria prejudicial ao crescimento econômico (CARVALHO, 1992). Ocorre, contudo, que muitos estudos empíricos recentes mostram exatamente o contrário. As sociedades com menor desigualdades são as que tendem a crescer com mais rapidez. Menor desigualdade no acesso à propriedade da terra e à educação é, portanto, uma mistura exponencialmente benéfica ao desenvolvimento, já que além de aumentar o efeito positivo do crescimento sobre a pobreza também “turbina” o próprio crescimento.

Esse diferencial em questões de saúde e educação é, muitas vezes, aliado a investimentos em infraestrutura (eletricidade e água para os agricultores), ou a incisivas ações para ampliar o acesso a terra e à moradia.

Em determinadas circunstâncias locais, a ação de prefeituras pró-ativas favorece a emergência de pequenos negócios, tanto em atividades produtivas (artesanais ou agroindustriais), quanto no setor de serviços (principalmente transportes).

Neste trabalho, particularizamos a noção do desenvolvimento adjetivando ao sustentável, à medida que vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto de sociedade, em que a sobrevivência dos povos e da natureza estaria garantida no presente e no futuro, devido à conciliação entre equidade social, crescimento econômico, mercado e preservação do meio ambiente. A visão tradicional de desenvolvimento restringe-se à dimensão econômica. O debate sobre a sustentabilidade desse processo agrega as dimensões sociais e ambientais, chegando ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é visto como um meio de obter qualidade de vida, respeitando as características culturais e os limites ecológicos.

Carvalho (1992) chama a atenção para o fato de que o adjetivo – “sustentável”, muitas vezes, remete à noção daquilo que está em perfeito equilíbrio, que se conserva sem desgaste e se mantém no tempo. Quando aplicado ao desenvolvimento, transferem-se essas qualidades a um modelo de organizar a vida social, criando a expectativa de uma “sociedade sustentável”, em consonância com a natureza, sem conflitos que possam pôr em risco a sua reprodução. Assim, o desenvolvimento sustentável aparece como a “boa nova”, que pode dar a todos um futuro estável. Contudo, esse ideal de estabilidade se apóia, muitas vezes, em noções estáticas, tanto de sociedade quanto de mundo natural.

A sustentabilidade é entendida como “o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais” (SIMONIAN, 2000). A autora utiliza, portanto, o termo sustentabilidade aplicada à questão dos recursos naturais e da promoção da sociedade, remetendo à problemática da proteção à biodiversidade, ou seja, a critérios no processo de distribuição do excedente produtivo, que na maioria das vezes vem sendo inviabilizado por conflitos, tensões e problemas de toda ordem.

Para Simonian (2000), o desenvolvimento democrático e sustentável está intrinsecamente vinculado à política, pois o conceito de sustentabilidade implica um campo de lutas sociais, de produção de sentido e da conformação de novos espaços de produção e reprodução, ou de reinterpretação desses espaços. Portanto, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento não podem ser definidas no abstrato. São construções sociais elaboradas num embate social, e sob esta mesma base:

A degradação do meio ambiente e as persistentes injustiças sociais são vistas como expressão do fracasso de um projeto desenvolvimentista dominante, fundado na expansão mundial das relações mercantis. A crise do desenvolvimento é, pois, a crise de um modelo de integração homogeneizado das sociedades periféricas ao capitalismo central. Sua superação supõe a formulação de um novo tipo de desenvolvimento, tendo por eixo o enfrentamento das causas que se encontram na raiz simultaneamente das injustiças sociais e da degradação ambiental (ACSELRAD & LEROY, 2006).

Ainda relacionada à preocupação com a sustentabilidade, surgiu ainda outra denominação, isto é, o ecodesenvolvimento, empregado pela primeira vez em julho de 1973, na Reunião do Conselho Administrativo do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), realizada na Suíça. O uso deste termo foi difundido por Sachs (1982), que escreveu vários artigos e publicou um livro intitulado *"Ecodesarrollo: Desarrollo sin Destruccion"* (COELHO & COTA, 2006).

Nos Estados Unidos, o ecodesenvolvimento tornou-se um ponto de vista alternativo, apoiando a integração de preocupações desenvolvimentistas e ambientais, comumente conhecido como desenvolvimento econômico sustentável.<sup>3</sup>

Embora a Conferência das Nações Unidas de Estocolmo em 1972, sobre ambiente humano tenha ajudado a popularizar o conceito de desenvolvimento sustentável, autores consagrados sugerem que a origem desse termo provenha da Conferência sobre Biosfera, em Paris, e da Conferência de Washington, ambas realizadas em 1968. Com respeito a esta abordagem, tem sido criticada a noção neoclássica de desenvolvimento,

<sup>3</sup> A preocupação de Sachs sobre as relações entre desenvolvimento e ambiente existiu antes da Conferência de Estocolmo (1972). Por exemplo, seu livro *Studies on the Political Economy of Development* é uma coleção de textos escritos durante 1966-71. Foi originalmente publicado como um único volume em 1977. Em todos os ensaios, é clara a consideração de Sachs sobre o ambiente na economia política. Em particular, o último ensaio – *Abordagens a uma Economia Política do Ambiente: Problemas e Métodos* – segundo Sachs, foi preparado para o “Simpósio de Economia Política do Ambiente: Problemas e Métodos”, organizado para a Maison des Sciences de l'Homme em Paris, julho de 1970.

compreendida como um processo de crescimento econômico, em que o PIB e a renda *per capita* real de um país são observados durante um período de tempo. Os defensores do ecodesenvolvimento acreditavam que o tipo de desenvolvimento defendido pelos neoclássicos levou não somente a uma concentração de renda e aumento da miséria, mas também à degradação ambiental e à ameaça da sustentabilidade do ambiente dos países periféricos mais ricos (países em desenvolvimento), em longo prazo. Para esta corrente de pensamento, era necessário conceber um tipo de desenvolvimento que se aplicasse às necessidades básicas da população (priorizando os mais pobres) e à preservação ambiental.

De acordo com Sachs (1982), o benefício maior, derivado da reunião da Conferência de Estocolmo e dos trabalhos inspirados por aquela Conferência foi a negação de posições dos defensores do crescimento econômico e do crescimento populacional zero. Na Conferência de Estocolmo (1972), o principal objetivo dos ecologistas era coordenar as metas econômicas, combinando-as com a gerência ecologicamente racional dos recursos naturais. O resultado das propostas dos ecologistas para conciliar desenvolvimento e ecologia foi a elaboração de um novo enfoque para o desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento econômico sustentável ou ecodesenvolvimento – uma política alternativa e estratégica, buscando o desenvolvimento sem destruir o equilíbrio ecológico.

De acordo com a abordagem sobre desenvolvimento sustentável, desenvolvimento e proteção ambiental não eram conceitos diametralmente opostos; ao contrário, convergiam. O reino biológico e físico do ambiente que enquanto recursos naturais e o reino sócio-cultural, que continha os estoques de recursos humanos, deveriam desenvolver-se apropriadamente para a satisfação sustentada das necessidades humanas. Seus defensores reconheciam a importância da sustentabilidade como um pré-requisito para as iniciativas de desenvolvimento nos países de economia voltada para a exportação de matérias primas.

Para Sachs (1982), os Advogados do ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável baseavam sua abordagem nos conceitos de ecologia, biosfera, ecossistema e equilíbrio, todos com raízes nas ciências naturais – história natural (biologia), fisiologia e oceanografia – assim como em

críticas ao conceito convencional de desenvolvimento.

Dois conceitos eram especialmente significativos para o ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável: capacidade sustentável e tecnologia.

O primeiro deles diz respeito à capacidade sustentável se referia ao potencial físico dos recursos renováveis a serem utilizados num período de tempo, de tal forma que ficasse ainda disponível para as gerações futuras. Ele se aplica, por exemplo, à pesca, onde era teoricamente possível manter uma retirada de peixes por certo período de tempo e controlar o nível de exploração. Também era freqüentemente aceito como axiomático que o uso do recurso renovável deveria ser controlado por capacidades renováveis (União Internacional para Conservação da Natureza, 1980).

O segundo, por sua vez, diz respeito à tecnologia (do grego "techne", "habilidade" ou "proficiência"; e "logos", "estudo" ou "conhecimento"), como usado aqui, relacionava-se ao conhecimento acumulado que era aplicado aos recursos ambientais. Mediante mudanças tecnológicas, os seres humanos podiam aumentar a produtividade dos recursos naturais, expandindo, desta forma, a capacidade generativa da região.

Os proponentes do ecodesenvolvimento ou do desenvolvimento sustentável advogavam o uso de pequena escala e tecnologia apropriada na agricultura e indústria. Eles propunham metas sustentáveis que podiam ser alcançadas pelo uso de tecnologia ecologicamente e economicamente sã (geralmente intensiva de trabalho). A expectativa era de que, aumentando-se o uso de tecnologia apropriada, associada com utilização de recursos renováveis mais do que não-renováveis, tender-se-ia a diminuir a taxa de destruição ambiental nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Segundo Goodland e Ledec (*apud* BARBIER, 1987, p.105), o desenvolvimento sustentável era "padrão de transformações sociais econômico-estruturais, isto é, que utiliza os benefícios econômicos e outros sociais disponíveis no presente sem ameaçar o potencial para benefícios similares no futuro". O ecodesenvolvimento ou desenvolvimento econômico sustentável envolvia critérios rigorosos (sociais, de uso racional de recursos naturais e tecnológicos) alternativos a serem considerados no planejamento econômico.



Sachs (1993) distinguia cinco dimensões do ecodesenvolvimento, quais sejam: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Por intermédio da inclusão da dimensão espacial, passou-se a valorizar o espaço geográfico como um produto das relações sociais que têm suas expressões nas desigualdades territoriais, nas distribuições desiguais dos recursos e nas atividades econômicas.

Dentre as maiores críticas à perspectiva do ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável), as mais contundentes dizem respeito ao uso mecânico de noções, tais como: ambiente, equilíbrio natural e poluição, baseadas em ecologia; e que seus defensores ignoravam a relação histórica entre os seres humanos e a natureza. Além do mais, ecodesenvolvimento era e continua sendo, sem dúvida, um discurso mais moralista, normativo, do que analítico. Baseava-se num ideal de panteísmo “que é mais consciente do recurso, nem ateu (como o marxismo) ou teísta (como o cristianismo)” (REDCLIFT, 1984, p. 44). Fundamentando o conceito de ecodesenvolvimento, residi à convicção pessoal de que "o progresso humano" é compreendido como "mudança branda" do que como tecnologia "pesada". Outros autores reconheciam a necessidade de um melhor sistema alocativo baseado no modo alternativo de produção, que não fornece indicação alguma das condições históricas, sob as quais tal modo deveria aparecer.

O conteúdo programático da análise de Riddell (1981), para o qual ele se baseava na Tecnologia Alternativa de Dickinson (1974), era atraente e persuasivo. Entretanto, não se aproxima da compreensão de como tal programa pode ser introduzido politicamente. De mais a mais, o ecodesenvolvimento não oferecia uma moldura específica para compreender o desenvolvimento.

Diante de tudo, entendemos que o desenvolvimento vai muito além da dinâmica estrutural. Esta última intimamente ligada a questões estruturantes que de fato possam favorecer a sociedade como um todo, a partir de uma proposta mais organizada, respeitando a realidade local de cada comunidade.

### 1.3 Desenvolvimento e Economia Solidária

Para Eid (2001), no Brasil, a formação histórica do mercado de trabalho mostra que o patronato, de modo geral, utilizava-se da mão-de-obra considerando-a descartável. Esta visão predadora e criminosa, associada à omissão da fiscalização estatal e às dificuldades de organização e controle pelo operariado, encontra-se ao longo do século passado, a presença do emprego precário, em todas as regiões do país. Porém, a retomada do crescimento econômico na atual conjuntura é fundamental, muito embora insuficiente para absorver os cinqüenta milhões de brasileiros considerados pobres ou miseráveis. E é nesse contexto que se coloca a importância de se construir uma forte e verdadeira Economia Solidária, que, na visão do autor, propõe-se a desenvolver empreendimentos econômicos solidários na perspectiva da auto-gestão dos associados e da formação de redes solidárias em nível mundial.

Para os que acreditam que a economia solidária, não-capitalista, pode ser uma alternativa de geração de trabalho, emprego e renda, é consensual e de fundamental importância que qualquer estratégia para seu crescimento deva prever a elaboração participativa na formulação e na implementação de políticas públicas específicas.

No terreno microeconômico, o autor ainda ressalta que o desenvolvimento da economia solidária, não-capitalista e em alianças táticas com empresas de responsabilidade social, pode significar a defesa de iniciativas coletivas geradoras de novos atores econômicos, indo muito além, em termos macroeconômicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e recolocando a importância da autogestão dos trabalhadores, enquanto decisão autônoma de produção de bens e de serviços.

Estas experiências, observadas na cidade e no campo, podem estar abrindo espaço para a geração e para a implementação de uma nova política de desenvolvimento.

Em diversas regiões do país, já se pode observar algumas vantagens do trabalho cooperado em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de co-

proprietário e gestor do negócio com poder de decisão em benefício do coletivo de trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; e realizar o trabalho como algo digno, e não como atividade penosa. A eficiência no trabalho se desenvolve quando existem a conjugação de interesses e as motivações comuns aos membros.

Diante disso, pode-se obter maior uso da capacidade de trabalho conjunto, mediante acordo coletivo. Pode-se, também, obter uma maior ampliação do conhecimento técnico e profissional, apropriado pelo coletivo, incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um, individualmente, e do coletivo, como um todo.

As experiências de economia solidária têm sido menos analisadas como ações assistencialistas e desagregadoras, como ação pré-política, e mais como embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho e do mercado. Estas experiências indicam um potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais.

Algumas iniciativas isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza, motivando a ação de entidades de classe e de políticas públicas no âmbito popular, orientadas para uma economia alternativa concreta, conhecida como economia solidária que procura estar articulada com movimentos sociais. Nesse processo de gestação, diversas experiências têm sido circunstanciais e efêmeras e de difícil registro. Porém, a partir da década de noventa, aumenta ano a ano, o interesse por investigações científicas sobre iniciativas solidárias

A economia solidária parte de valores distintos aos valores predominantes na economia capitalista. Assim, definem-se como valores desta economia: autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. Aqui, a racionalidade social, sendo mais importante que a racionalidade técnica, está fundamentada na cooperação com a exploração coletiva das potencialidades profissionais, em benefício dos próprios produtores. O trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a lucratividade. A acumulação de riqueza deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores.

Na atualidade, é cada vez mais importante trabalhar na perspectiva da construção da viabilidade dos empreendimentos solidários, o que significa reduzir a possibilidade de crises. No planejamento para definição da atividade econômica do empreendimento a ser construído, deve-se levar em consideração que a viabilidade é um processo que pode ser construído na própria dinâmica de inserção no mercado.

A construção da viabilidade deve trabalhar com o planejamento da demanda para diversos prazos, e passa necessariamente pela articulação nos e com os movimentos sociais em nível local, regional, nacional e internacional. Falamos de políticas públicas, ação sindical, apoio de igrejas, ONGs, instituições de apoio/fomento, incubadoras, núcleos e grupos de pesquisas em universidades, associação de moradores, cooperativas urbanas e rurais, que podem estar articulados no sentido de identificar demandas para um empreendimento coletivo a ser formado. Somente após a construção mínima dessa viabilidade é que se deve decidir sobre a criação de uma cooperativa.

Para Eid (2001), o maior desafio para a construção de uma forte Economia Solidária está no fato de estar inserida em uma sociedade contraditória, marcada historicamente por relações sociais interligadas à produção capitalista. No entanto, esse conjunto de relações é hegemônico e não totalitário. A história de luta dos trabalhadores demonstrou ser utópica essa pretensão de incorporar todas as relações sociais numa lógica de subordinação ao capital. Há e sempre houve movimentos de resistência a esse processo.

Porém, a sociedade de hoje, que convive sob a égide da economia capitalista e com a gênese de um novo tipo de economia, é herdeira de deficiências educacionais e tem que lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação. Por isso, enfrentar os desafios de forma objetiva, amadurecendo seus conhecimentos e culturas de grupo, buscando desenvolver a coesão social através da responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo, torna-se estratégico para o sucesso dessas iniciativas autogestionárias.

Cada vez mais, surgem novos desafios para os trabalhadores que se vêem obrigados a desenvolverem suas potencialidades profissionais

historicamente impedidos pelas relações de trabalho e de produção despóticas, nas quais a gerência científica impunha, e continua impondo, nas empresas tradicionais, o não-reconhecimento dessas competências. Por um lado, o reconhecimento poderia significar um aumento nas pressões do operariado por melhorias nas condições de vida, e, por outro, colocaria a questão da competência da gestão em debate.

No Brasil, há municípios cujos atributos estruturais lhes permitiriam assumir a gestão de políticas sociais sem incentivos derivados de estratégias de indução advindas dos níveis mais abrangentes de governo. Nestes casos, estratégias de indução podem até mesmo ser desnecessárias. Mas, a grande maioria dos municípios brasileiros caracteriza-se por baixa capacidade econômica, expressiva dependência das transferências fiscais, e fraca tradição administrativa. Nestas condições, programas de descentralização desenhados de forma a minimizar os custos financeiros e administrativos de gestão passam a ter um peso decisivo na decisão das administrações locais (ARRETCHE, 1999, p.40).

Para Eid (2001), as políticas públicas devem ser objetivas e estabelecidas em conjunto com os movimentos sociais e com a sociedade, fazendo parte de um planejamento estratégico onde esteja relacionado: políticas sociais de entrega de dinheiro público durante certo período para pessoas necessitadas, enquanto um mecanismo para desafogar pressões da fome. Porém, todos deverão estar comprometidos em conquistar a autonomia, enquanto que essa política deverá estar vinculada a uma política de formação de empreendimentos solidários e autogestionários.

As experiências solidárias mostram que na história do capitalismo sempre existiram movimentos sociais de resistência ao processo de exclusão social. No entanto, foram marcadas pelo isolamento, com pouca repercussão para a gestação de uma economia que pretende se tornar uma alternativa concreta ao desemprego e ao modelo de concentração de renda e de poder.

Na atualidade, a economia solidária pode estar criando novos referenciais para os trabalhadores e para a sociedade em geral. A construção de uma economia solidária, enquanto uma articulação de movimentos sociais de resistência, organizando experiências piloto bem sucedidas e que sirvam como referência para outros trabalhadores compreenderem ser possível o rompimento com a cultura da subalternidade e da suposta necessidade de uma gerência científica que ordene aos empregados o que cada um deve cumprir, um dos pilares da ideologia capitalista.

Em termos concretos, as políticas públicas sociais – renda mínima, bolsas e outras - podem estar articuladas e integradas com o processo de formação técnica, administrativa e política de empreendedores solidários na perspectiva da autogestão.

Segundo Barbosa (2006), o desenvolvimento local sob a base da economia solidária, mostra-se interessante pela possibilidade de encontrar o social e o político, na dinâmica dos conflitos e das oportunidades, à medida que os bens públicos, as redes técnicas e sociais (bancos, cooperativas, sistema de crédito diferenciado, sistemas educacionais, sistemas de saúde etc.) são identificados nas territorialidades e operacionalizados de modo inseparável das dimensões sociais e econômicas, a partir de um processo de cooperação que faz do local o espaço da novidade, pois a economia solidária exige o diálogo, o encontro, favorecendo novas dimensões, dadas pela centralidade do trabalho vivo que desenha novos territórios sob a base do trabalho social, cooperativo, comunicacional e livre.

A dinâmica da cooperação e do conflito constrói o local na sua diversidade, à medida que é simultaneamente criação de liberdade e de reorganização do comando, de encontro entre o público e o comum, portanto, de desmercantilização dos bens públicos, dentre outros elementos que constituem as redes que produzem os territórios sob a dinâmica da economia solidária. Assim, os sistemas locais de produção, sob a dinâmica da associação e da cooperação, produzem-se como forma de ruptura ao crescimento econômico sem distribuição de renda.

A economia solidária torna-se, assim, uma alternativa concreta ao mobilizar um ambiente institucional, social e cultural que possibilita a produção do público como espaço comum de produção, nas diversas dimensões que passam a ser traduzida por forças políticas e novas institucionalidades. A redescoberta das redes de pequenos produtores, sustentada sob a forma de cooperativas e consórcios agrícolas, contribui, desta forma, para a ampliação das redes de serviços necessários à proliferação de novos empreendimentos, como os solidários.

A cooperação social, dada pelas formas de organização do trabalho livre organizado em pequenos empreendimentos, gesta um espaço público que cresce ao necessitar de aglutinação de forças para se tornar

eminentemente produtivo. A busca da democratização dos serviços para o acesso à qualificação do trabalho vivo, como suposto da cidadania produtiva, é a base material desta nova constituição, que vem provocando uma revolução silenciosa à medida que possibilita o encontro entre o público e o comum como condição do desenvolvimento, o que possibilita a inserção da economia solidária como um campo de ação na produção de uma dinâmica que é, ao mesmo tempo, econômica e social.

O Estado é fundamental, mas também sem o enraizamento da democracia em cada residência, escola, hospital, bairro, distrito, município nada se conquistará. Por essa razão, é o local que estrutura diferentes formas de participação, podendo ser efetivada com maior sucesso e criando uma democracia arraigada e com grande capilaridade que parte do local para o nacional e internacional.

Trata-se da construção de uma cultura democrática na contramão da cultura autoritária produzida pelo processo histórico brasileiro, com fortes marcas deixadas pela escravidão e pela hegemonia dos “sinhozinhos”. A visão que aposta na descentralização do Estado e no fortalecimento do poder local começou a tomar corpo já na década de 70. Com a crise do chamado milagre econômico, veio à tona a crítica sobre a atuação do Estado centralizador, enfatizando o papel da sociedade civil organizada na estruturação das políticas públicas e a relevância dos setores populares como atores fundamentais deste processo.

A atuação dos movimentos populares, reivindicando formas de participação social nas políticas públicas teve enorme importância no processo de transição democrática quando, a partir dos anos 80, deu-se o início da redemocratização e da descentralização das políticas públicas.

Em um planejamento estratégico democrático das cidades brasileiras, os governos locais atuariam como articuladores de forças, privilegiando a construção de parcerias público-privadas, na busca por maior eficiência na gestão local em direção à democratização e alcance de um melhor índice de desenvolvimento humano. A cooperação entre agentes públicos e privados é efetivada por intermédio de redes públicas e privadas de participação, nas quais o poder público deveria ser compreendido como mais um dos atores no

processo da gestão, e não como o exclusivo elaborador e detentor das decisões das políticas públicas a serem implementada no território.



## **CAPÍTULO II**

### **Em busca do desenvolvimento local sustentável**

#### **2.1 A Dinâmica Territorial da Região do Baixo Tocantins nos anos 80-90**

Historicamente, a região paraense conhecida como Baixo Tocantins foi uma das primeiras regiões, ocupadas no Norte, que em termos gerais, seguiu o típico modelo amazônico fundamentado principalmente no extrativismo. Os primeiros povoamentos colonizadores nestas localidades datam do século XVII, ainda no Período Colonial. A cidade de Cametá, por exemplo, data de 1616, e é uma das povoações mais antigas da Amazônia brasileira.

A grande maioria dos municípios estabelecidos na região, neste período, tem como origem pequenos agrupamentos indígenas que vieram a ser alvo do esforço lusitano de catequização ao longo dos rios amazônicos. Já na segunda metade do século XVIII, no período pombalino, os municípios do Baixo Tocantins – em especial Cametá e Mocajúba – se destacavam como os maiores produtores de cacau do país. Mais tarde, no século XIX, Abaetetuba e Igarapé-Miri concentravam os maiores engenhos da região, destacando-se na produção de aguardente e de cana-de-açúcar na Amazônia.

Entretanto, sistema extrativista supracitado entrou em crise, fazendo com que grande parte da população local fosse levada a uma atividade agropastoril de subsistência. Como fruto deste processo, a economia da região tornou-se pouco diversificada.

Com o passar dos anos, os agrupamentos formados naquela região adquiriram maior autonomia administrativa e política, alcançando, em geral, as categorias de vila, comarca e, posteriormente, cidade. Porém, tal autonomia, bastante clara nos dias atuais, não significou uma maior independência financeira e econômica destes municípios em relação aos governos tanto estadual, quanto federal, no decorrer de suas histórias. E a questão se agrava ainda mais quando se examina a situação econômica e social de grande parte dos habitantes destas localidades (em especial da zona rural), que, sem fontes estáveis de renda, encontram dificuldades para obter padrões mínimos de subsistência.

Fica bastante claro que o processo histórico de produção de capital na Amazônia tem, em termos de políticas regionais, contribuído para a reprodução do antigo sistema de latifúndio monocultor, em detrimento das culturas e dos processos de produção tradicionais que, apesar da imposição histórica, ainda são a fonte de renda de grande parte da população rural da região do Baixo Tocantins. O Plano Diretor da API<sup>4</sup> Baixo Tocantins, elaborado em 1983, já relacionava que “a principal atividade produtiva da API-1 é a agricultura, realizada, quase sempre, num misto de agricultura de subsistência e extrativismo, como atividade complementar.” (ITCPES/UFPA, 2004).

No entanto, o foco dos incentivos institucionais à produção não tem sido, de uma maneira geral, a agricultura familiar. Some-se a isto o fato de que o crédito destinado a esta parcela da população tem esbarrado em sérias dificuldades advindas da falta de instrução aos agricultores, no que diz respeito à maneira como estes recursos são empregados. Além disso, estas culturas têm sido vítimas de problemas, como os baixos preços para os seus produtos, os altos custos dos insumos agrícolas, a infra-estrutura precária e os sistemas de mercado deficientes (INHETVIN, 1998).

A Região do Baixo Tocantins é vulnerável ao processo de degradação ambiental e de deterioração da qualidade de vida. Os principais fatores que contribuem para isto são a proximidade em relação à Região Metropolitana de Belém, os grandes empreendimentos econômicos ali localizados, a ocupação predatória da terra, a pressão demográfica e a mobilidade populacional, principalmente no sentido campo-cidade (IDESP, 1983).

Partindo-se do pressuposto de que a agricultura é o setor que mais ocupa trabalhadores é importante que se analise, de maneira mais particular, a produção agrícola regional. É importante considerar que estes municípios predominantemente, desenvolvem o sistema de produção agrícola familiar. Em

<sup>4</sup> Diferentes trabalhos de pesquisa e análises institucionais limitam a região de forma diferente em relação ao número de municípios e/ou à área por ela abrangida. Por estar mais de acordo com o objeto do grupo de pesquisa da PITCPES/UFPA, será estabelecido que a região tratada é composta por dez municípios, a saber: Abaetetuba, Bagre, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará. Esta limitação não é nova, pois é a mesma que foi utilizada na década de 80 em virtude do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT), quando foi estabelecida a Área de Programação Imediata-1 (API-1) que incluía estes mesmos municípios. Estes municípios se localizam no extremo norte da Bacia do Araguaia-Tocantins, entre a foz do rio Tocantins (daí a designação Baixo Tocantins) e a hidrelétrica de Tucuruí, abrangendo uma área total de 37.198 Km<sup>2</sup>.

geral, os agricultores locais buscam suas fontes de renda pelo emprego do cultivo de mais de um produto, para que, desta forma, não haja problemas na entressafra de suas culturas. Além disso, a região em questão é marcada geograficamente por áreas de várzea e por áreas da chamada “terra firme” (onde não existe influência direta dos rios no solo). Por conta disso, a produção familiar tende a ser bastante diferenciada, em termos das culturas plantadas, umas das outras.

Portando, em se tratando da produção agrícola, existe certo grau de diversidade daquilo que é cultivado de um município para outro, ainda que se consideram as três culturas com maior valor de produção para cada município. Nestes, alguns produtos se destacam, tais como a mandioca e a pimenta-do-reino, que aparecem listadas em 6 dos 10 municípios que compõem a Região do Baixo Tocantins. São bastante relevantes também as culturas de banana e de coco-de-baia, que se sobressaem em 5 municípios. Em relação aos produtos advindos do extrativismo, os destaques regionais são o açaí e a madeira de tora. O açaí é o principal produto extrativista de 5 dos dez municípios analisados; e a madeira de tora se destaca nos outros 4, além da produção de dendê.

A mobilidade produtiva deste território produz a unidade entre economia-política e bem estar-social, gerada em torno da produção do açaí que se torna uma possibilidade real para a construção de parâmetros de políticas públicas de desenvolvimento na Amazônia. Esta organização da produção busca combater as desigualdades dos locais, embora ainda tenha muito a se fazer neste caminhar, em termos da construção de condições gerais para essa produção, como a melhoria dos meios de produção e de transportes regionais.

A organização da produção sob a forma de rede de pequenos produtores, embora situados como parte de uma cadeia internacional, revela outro trajeto contrário às políticas de desenvolvimento nacional que, no passado recente, geraram concentração de riquezas e exernalização<sup>5</sup> dos territórios produtivos locais. As operações do Estado nacional favoreceram historicamente o grande capital, a partir de uma acintosa apropriação das

---

<sup>5</sup> Segundo os dados do IBGE – 2000, “24% do território amazônico são reclamados como propriedade privada, enquanto outros 29% são áreas legalmente protegidas, incluindo as Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Os demais 47% da Amazônia Legal são áreas públicas e/ou terras devolutas”.

jazidas minerais, das reservas de madeiras nobres, da pesca predatória, da construção de hidroelétricas, como Tucuruí etc. Seus fluxos produtivos, de caráter nacional, buscavam fundamentalmente a homogeneização dos territórios produtivos sob o parâmetro da industrialização pensada como única alternativa de desenvolvimento destinado à sustentação da burguesia consolidada.

Segundo dados do Relatório da ITCPES (2004), o paradigma do desenvolvimento nacional, a partir das grandes obras de infra-estruturas, era implantado pelo poder central, sem levar em consideração as formas de vida das populações locais, levando à subsunção das práticas sócio-econômicas tradicionais, barbaramente destruídas, tornando a violência o critério oficial das ações de desenvolvimento nacional.

O resultado destas ações foi uma rápida urbanização determinada pelo crescente êxodo rural dado à expropriação no campo e à tentativa de desmonte das pequenas estruturas produtivas locais. As diversidades sócio-econômicas e culturais eram consideradas obstáculos para a implantação de grandes projetos econômicos minerais e agropastoris.

Somente a resistência da pequena produção assegurou sua sobrevivência e engendrou uma mobilização que ganhou forças e fez ecos nacionais e internacionais, como é o caso dos pequenos agricultores familiares e seus gritos do campo, denunciando a violência e a impunidade sobre os assassinatos de trabalhadores rurais. Também é válido mencionar o movimento ambientalista dos seringueiros, das quebradeiras de castanha, dos quilombolas, dos atingidos pelas barragens etc.

A luta dos trabalhadores rurais e a crítica dos movimentos sociais mostraram a ausência de políticas públicas no campo e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento direcionado à potencialização das práticas sócio-econômicas já existentes, tendo como eixo central o acesso a bens e serviços necessários à fixação no campo.

Neste espaço, vem ocorrendo o reconhecimento público, ainda que tardio, de práticas localizadas de conservação da biodiversidade, realizadas em pequenas estruturas produtivas, e seu modo de exploração de produtos tipicamente regionais. A visibilidade destas práticas tem proporcionado a criação de nichos de mercado com agregação de valor e formas de geração de

trabalho e renda onde a produção era apenas de subsistência. A expressão da pequena produção mostra a possibilidade de se criar novos critérios para a atuação das políticas públicas na perspectiva de valorização das potencialidades vinculadas às práticas sócio-econômicas e político-culturais.

A estruturação de programas e projetos de políticas públicas é estratégica para operacionalizar a criatividade imersa na diversidade da Amazônia, nos lugares em que a produção e reprodução da vida se dão sob a mesma unidade. Neste espaço, a agricultura familiar ganha sentido por conjugar ações de valorização da vida – em sintonia com a dinâmica das relações de produção, que é, ao mesmo tempo, econômica, política e social – com processos de participação comunitária.

A falta de infra-estrutura e serviços coletivos tem sido uma das principais reivindicações dos movimentos sociais do Baixo Tocantins. Os motores da máquina dos movimentos sociais ativam e mobilizam as populações rurais, principalmente, aquelas habitantes em áreas ribeirinhas. Eles reivindicam desde a segurança pessoal e o ensino de qualidade (escolarização, ensino médio e superior), até a melhoria da infra-estrutura, com a abertura de estradas vicinais e aparelhamento dos transportes fluviais e marítimos, visando ao escoamento da produção que se encontra isolada. Sem estas condições não é possível o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

No I Encontro de Planejamento de Políticas Públicas do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – PDJUS, realizado na cidade de Mocajuba, em 24 e 25 de fevereiro de 2005, é visível esta problemática. Os representantes da sociedade civil organizada – sindicatos de trabalhadores rurais, associação de pequenos agricultores familiares, associação de mulheres do campo e da cidade, cooperativas de trabalhadores da agroindústria familiar, gestores públicos (municipais<sup>6</sup> e federais), pesquisadores das universidades federal e estadual – debateram a necessidade de ações e projetos de políticas públicas necessários ao desenvolvimento da Microrregião do Baixo Tocantins, particularmente, para os municípios impactados diretamente pela barragem da

<sup>6</sup> Encontro promovido pelo Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-PDJUS, com apoio de instituições como: CODESEI, AMBAT, UFPA, ADA, MODERT, FETAGRI, CUT, MOPEPA, SAGRI, SECTAM, SEDUC, SESPA, SEPLAN, Prefeituras Municipais de Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé-Miri e Limueiro do Ajuru.

hidrelétrica de Tucuruí.

Os movimentos sociais buscaram ampliar as ações para os demais municípios que tiveram impactos indiretos, como Abaetetuba e Barcarena. Os trabalhos foram divididos em grupos, a partir de três eixos temáticos os quais mostram claramente as reivindicações da pequena produção familiar para o desenvolvimento sustentável. São eles: a) produção, subdividida em agricultura familiar, piscicultura e eqüicultura, artesanato e extrativismo; b) saúde; e c) educação. Nos quadros abaixo, é possível identificarmos seus projetos e propostas para a pontecialização da produção e da reprodução no Baixo Tocantins:

**Quadro 1: demonstrativo das reivindicações da Agricultura Familiar**

1. Melhoria das Rodovias PA's 156 e 176
2. Patrulha mecanizada para construção de vicinais
3. Implantação de Agroindústria Regional
4. Construção Feira do Produtor
5. Construção de Centro de Formação Agroecológica e Sistema agroflorestal com produção de sementes, mudas e ração
6. Aquisição de 9 Caminhão Frigorífico
7. Aquisição de Dois Barcos 50 tn
8. Formação para a gestão de empreendimentos coletivos
9. Assistência Técnica e extensão rural para a melhoria de qualidade da produção
10. Pesquisas das cadeias produtivas locais sob o controle dos Mov. Sociais
11. Desburocratização do sistema de crédito
12. Implantar novos campi das universidades públicas no Baixo Tocantins - cursos voltados à melhoria da produção regional
13. Implantação de Silos Coletivos para armazenamento de grãos
14. Priorização da Agricultura Familiar (fruticultura e subsistência: açaí, cacau, maracujá e cupuaçu) e (mandioca, feijão, milho, hortaliças)
15. Criar projetos de incentivos de incentivo à pimenta-do-reino
16. Modernização da Agricultura (mecanização)
17. Criação de um espaço diversificado que comporte diferentes atividades: estação de piscicultura dotada de centro de produção de alevinagem e espaço para formação de mão-de-obra com dormitório, refeitório; laboratório de pesquisa para utilização de espécies alternativas.
18. Implantação de Fábrica de ração
19. Implantação de Fábrica de Gelo para conservação, beneficiamento e comercialização do pescado
20. Assistência Técnica aos piscicultores – capacitação dos pescadores e acompanhamento da produção
21. Implantação de micro-sistemas de tratamento de água/atendimento de 30 mil famílias ribeirinhas – água tratada
23. Inventário florestal/sistema e custeio de produção/comercialização: seringais/cacauais nativo – revitalização, aumento da produção
24. Instalação de pomar de sementes florestais/identificar arranjos de SAF's/criação de pólo pró-ambiente nas extensas áreas alteradas
25. Inventário do potencial/estudo de viabilidade econômica/incubação de empresa de recursos florestais fitoterápicos
26. Regularização fundaria e áreas ribeirinhas
27. Certificação dos produtos do manejo florestal
28. Treinamento/capacitação/educação ambiental/estudos de fisiologia/comercialização/verticalização para a produção/colheita e pós-colheita do açaí
29. Desobstruir furos e igarapés com dificuldade de navegação
30. Criação de Território Desenvolvimento Sustentável no Baixo Tocantins

Fonte: Relatório da Comissão da Agricultura Familiar no I Encontro sobre Políticas Públicas no Baixo Tocantins, ano 2004.

Nota-se, neste primeiro eixo, que há uma centralidade nas demandas de construção de uma alternativa de desenvolvimento, com base na produção da microrregião do Baixo Tocantins. Trata-se de uma ação consorciada entre atores diferenciados, num raio de articulação intermunicipal constituído a partir de uma rede de produção de coisas e reprodução da vida. As proposições

apresentadas buscam a construção de um espaço novo, criado no contexto de extensão das fronteiras estritamente municipais. Neste espectro, há um arco de alianças que busca interligar a produção da agricultura familiar e suas práticas econômicas, fincadas no extrativismo, ao desenvolvimento regional.

A reivindicação de recursos institucionais visa fundamentalmente ao fortalecimento da localidade, sob uma nova dinâmica territorial, posto que não é o município o sujeito que dita as regras, mas um novo regionalismo, ou seja, uma rede de cooperação entre diferentes atores, a partir de uma concepção endógena de desenvolvimento, em busca de alcançar novos patamares. Sob esta perspectiva, a possibilidade de permanência no campo desloca do horizonte a ameaça do êxodo rural fundado na depreciação da vida, sem as garantias das vantagens oferecidas pela difusão dos valores decorrentes do modelo de regulação da cidade industrial.

Nesta alternativa de desenvolvimento, a agricultura familiar tornar-se a mola propulsora e o elo articulador da produção, que se torna coletiva, unificando economia, política e sociedade, como eixo de desenvolvimento e de bem-estar social. A ação política torna-se, assim, um elemento vital para a inclusão das populações que sempre estiveram à margem do desenvolvimento nacional.

**Quadro 2. Proposta de ações e projetos do Grupo temático de Saúde**

Educação preventiva e atenção básica com ampliação/implantação/equipes de educação em saúde/vigilância epidemiológica/capacitação/educação continuada/programa saúde da família – família saudável/alimentação do banco de dados sobre doenças/atenção especial a problemática das populações ribeirinhas
Construção de um Hospital regional
Gestão integrada de resíduos sólidos
Implantação de micro-sistemas para atendimento de 30000 famílias ribeirinhas com captação/tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário
Aparelhamento do Hospital regional de Cametá
Aquisição de ambulanchas/ ambulâncias – melhoria das vias de acesso terrestre e fluvial, transporte médico
Postos de saúde – construção-aparelhamento com atendimento de urgência e emergência
Seminário para criação das Agendas 21 locais
Implantação do Projeto Multi Campi Saúde
Centro de educação permanente para profissionais de saúde para capacitação de profissionais da saúde
Orientação técnica preventiva a queimadas para evitar queimadas
Fórum regional para discussão da gestão e do papel dos conselhos municipais e conselheiros
Apoiar Práticas de saúde popular como das Partejas tradicionais – capacitação, equipamentos
Implantação de micro-sistemas de tratamento de água/atendimento de 30 mil famílias ribeirinhas

Fonte: Idem (2004).

Neste segundo quadro, a questão da saúde surge como um dos problemas a ser enfrentado pelas populações habitantes no *hinterland* da Amazônia. A ausência de serviços públicos leva a um crescente estrangulamento do sistema da capital do estado, para onde deságuam os

enfermos que têm condições ou articulações com as instâncias de poderes locais, pois na maioria dos municípios há uma infra-estrutura mínima de saúde que atende apenas as urgências e emergências.

**Quadro 3. Proposta de ações e projetos do Grupo temático de Educação**

Construção e aparelhamento de Escolas em todos os níveis/contratação e capacitação de professores/aproveitamento de espaços ociosos (hotel em Abaetetuba, prédio em Igarapé-Miri) para educação continuada e inclusiva
Apoiar e intensificar experiências existentes de práticas populares de educação
Construção de uma escola profissionalizante/ cursos piscicultura, aqüicultura, agropecuária, meio ambiente, turismo, segurança, saúde do trabalhador, enfermagem do trabalho, segurança no trânsito/ Aproveitamento de espaços (18 prédios) existentes em Igarapé-Miri/
Capacitação de trabalhadores rurais/ Implantação da Casa Familiar Rural para educação profissionalizante/educação rural continuada profissionalizante
Projeto com uma visão sociopolítica/bolsa de estudos para estudantes que executem os projetos de alfabetização de jovens e adultos para a erradicação do analfabetismo
Implantação de Campis de Educação Superior (reforma do prédio). Cursos licenciatura: história, biologia, química, pedagogia, matemática, física, geografia, letras, educação física. Bacharelado: agronomia, agricultura, engenharia ambiental, agronegócio, turismo, serviço social, biblioteconomia, enfermagem, aqüicultura, engenharia produção e engenharia naval, secretariado, educação artística, ciências naturais
Implantação de programas de inclusão digital
Atendimento das necessidades em educação nos níveis fundamental, médio e superior no campo
Implantação de escolas pólos para redução do sistema multiseriado
Capacitação de profissionais em gestão/ fortalecimento dos conselhos municipais de educação
Implantação de Multi Campi Urbanismo e Multi Campi Direitos Humanos
Pesquisa e atividades de resgate das tradições culturais/valorização da cultura das comunidades quilombolas Valorização cultural

Fonte: Idem (2004)

O quadro da educação, segundo as proposta do I Encontro sobre políticas Públicas no Baixo Tocantins, mostra a necessidade de elevar a qualidade da ação do desenvolvimento local, estreitamente vinculada à melhoria da produção e reprodução da vida neste território sócio-produtivo. A profissionalização e a gestão estão colocadas sob uma mesma dimensão educativa, ou seja, a garantia de direitos que ultrapassa a lógica do mercado à medida que está assentada na luta pela vida, na cooperação e na construção coletiva de uma alternativa imersa nas práticas sócio-econômicas das populações no campo.

A educação adequada, ou seja, ela deve estar centrada nas atividades sócio-produtivas como caminho eficaz para se quebrar a dinâmica das desigualdades regionais. Os novos meios de produção, como a comunicação e a linguagem, além do acesso ao crédito, do acompanhamento e da assessoria técnica, possibilitam a operacionalização de ações efetivas de valorização do trabalho e da vida. A democratização e a universalização dos meios de produção e de serviços coletivos tornam-se tarefas chaves das políticas públicas para a valorização do trabalho.

Neste âmbito, a biopolítica é a condição para a mobilização produtiva dos territórios e, conseqüentemente, para superação das vulnerabilidades regionais, que são naturais, mas fruto das práticas econômicas de



centralização das decisões políticas do fortalecimento das oligarquias locais (BARBOSA et al, 2004).

A expansão e diversificação dos sistemas de serviços têm sido resultado das lutas de trabalhadores rurais sindicalizados, que em meados dos anos oitenta e nos anos noventa passaram a entender essas problemáticas como a crise do emprego, a reestruturação produtiva e seus rebatimentos nas instâncias locais.

Disto se constitui uma nova concepção de organização social do trabalho. A unidade entre a ação política e a dinâmica da produção tem se desdobrado em formas de inclusão social e melhoria de renda. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de estruturas eminentemente políticas corporativas, passam a agregar reivindicações relacionadas às políticas públicas, visando o acesso à educação, à saúde e ao crédito agrícola, dentre outros.

Esse movimento vem ganhando espaço e se materializando em dinâmicas de internalização da unidade entre produção-constituição<sup>7</sup>, isto é, a imediatez entre política e sociedade na imanência da organização do trabalho que passam a dinamizar culturas como a do açaí, a da pimenta-do-reino, a da laranja, a do maracujá, a do coco, a da acerola e a do abacaxi, dentre outras, no Nordeste Paraense. Esta produção já incorpora práticas de adensamento e manejo de ocorrências naturais e em plantio de produtos nativos. Neste âmbito, o Nordeste Paraense torna-se um espaço de inovação e hoje se destaca no cenário nacional e internacional, com produtos como a pimenta-do-reino, o açaí, o maracujá, a acerola e a laranja.

Segundo Barbosa (2006, 87), “para que o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira” se torne uma realidade, ao trazer como princípio

---

<sup>7</sup> Em Barbosa (2003), a noção produção-constituição é de inspiração negriana sob a matriz anti-juridicista, que vai de Maquiavel, passa por Spinoza e chega até Marx. Ela tem como perspectiva apanhar o movimento do real a partir de um desenvolvimento das forças, não havendo necessidade, em princípio, de uma medição. Neste sentido, vai de encontro à perspectiva hobbesoniana, rousseaulina e hegeliana que propõem a mediação como uma categoria necessária à concepção jurídica do mundo. Para Spinoza, as forças são inseparáveis da espontaneidade e de uma produtividade que tornam possível o desenvolvimento sem mediação, pois é, em si mesma, socialização. A imanência ontológica está na potência das relações e não na força, pois esta última freia o movimento das transformações que se opõe ao contrato jurídico sempre limitador das inovações. Assim, é a partir do ponto de vista da ontologia que a produção imediata se contrapõe ao dever-ser como elemento essencial da mediação e, conseqüentemente, da finalidade. A unidade produção-constituição no espaço da Amazônia mostra a necessidade de ancorar o desenvolvimento regional das forças potenciais que a constituem em contraposição à externalização de seu território por grandes projetos econômicos que deterioram a natureza e proletarizam sua população.

metodológico a consulta aos diversos setores da sociedade regional e nacional, é necessário viabilizar o acesso efetivo de serviços, infra-estrutura e tecnologias com base nas práticas sócio-econômicas dos locais para elevá-las à condição de tecnologia avançada, além da universalização de um novo padrão de financiamento, de gestão ambiental e de ordenamento territorial, elementos centrais à inclusão social e à cidadania produtiva.

A garantia de acesso às políticas públicas voltadas à qualidade do trabalho vivo é a única saída para o desenvolvimento da Amazônia. Sem estas condições, corre-se um novo risco de fracasso e de agravamento das vulnerabilidades das populações locais que hoje se encontram isoladas. Sabe-se que, embora isoladas, estas ainda detêm os meios de produção, como a terra e seus arcaicos instrumentos de trabalho, essencialmente, relacionados à vida na floresta. A simples posse da terra, embora um fator vital de produção na Amazônia converte-se, atualmente, numa grande problemática, já que culturalmente a proximidade com a natureza os destitui de formalidades legais, o que tem se revestido, muitas vezes, em bloqueio à ação das políticas públicas que desconhecem a peculiaridade da formação sócio-econômica e cultural desta região.

A infra-estrutura de equipamentos e de serviços coletivos precisa chegar a estes recantos mais longínquos para potencializar a produção e seu escoamento em condições favoráveis a esta produção e ao consumo. No entanto, esta implantação precisa estar afinada com as práticas sócio-econômicas das populações locais.

A dependência de infra-estrutura da capital torna-se uma desvantagem para se pensar a dinâmica produtiva da economia do Baixo Tocantins e, conseqüentemente, do estado do Pará, como um todo. Para se enfrentar esta realidade é preciso compreender que a urbanização na Amazônia está consolidada em torno de sua capital – Belém, onde se concentram os equipamentos e serviços coletivos necessários às operações centrais da comercialização da produção econômica do estado do Pará, embora seus rios-mar sejam excelentes vetores para a exportação dos mercados regional, nacional e internacional. A falta de uma política de transporte intermodal e de cabotagem evidencia o descompromisso dos governos nacional, estadual e municipais com os setores menos privilegiados. Isto é notório quando se

distancia da metrópole e das cidades de médio porte.

Assim, a implantação de infra-estruturas pode alterar profundamente as estruturas produtivas locais, uma vez que a inserção da produtividade, hoje, passa necessariamente pelo acesso aos direitos e, portanto, às políticas públicas. A melhoria das condições gerais da produção é, sob este ponto de vista, um movimento efetivo para a captura de diferenciais de renda concentrados, em grande parte, na capital.

Para isso, a organização social tem como base a agricultura familiar e têm como perspectiva o desenvolvimento rural. Os movimentos sociais do campo são sujeitos capazes de protagonizar alternativas de desenvolvimento local e, desta forma, reverter o quadro de pobreza, transformando a produção, que se encontra comprimida pelo grande capital, em processos efetivos de geração de trabalho e renda no campo, ao mesmo tempo em que agem na captura de políticas públicas essenciais para combater o êxodo rural.

Neste sentido, percebemos uma revolução silenciosa, visto que os processos de articulação das organizações sociais, no campo, têm se traduzido em melhorias das condições de vida nesta área. Embora seja um fenômeno lento, consegue alterar concretamente o local, sobretudo nos serviços infraestruturais e coletivos, como aberturas de estradas vicinais, energia elétrica (Luz para Todos<sup>8</sup>), telefonia, habitação, bem como, saúde, educação etc.

Isso mostra que é possível criar alternativas de desenvolvimento, diferentemente da trajetória histórica de financiamento do Estado-nação aos grandes projetos que trouxeram, na realidade, a pobreza no campo, ao externalizar os recursos naturais superabundantes que poderiam potencializar dinâmicas produtivas de valorização da vida, e não de desterritorialização das

---

<sup>8</sup> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos –, com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita. As famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. Por isso, o objetivo do Programa é levar a energia elétrica a estas comunidades para que elas a utilizem como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. Além disso, a chegada da energia elétrica facilita a integração de outros programas sociais, como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

riquezas locais para reterritorializá-las em outros países, agregando valor e, conseqüentemente, padrões de vidas estáveis nos países desenvolvidos.

Para compreendermos melhor a relação de pobreza, precisamos destacar a precarização do trabalho ocorrida na década de 90. Podemos perceber que a política salarial causa uma queda no padrão de vida do povo brasileiro, fazendo com que os salários sejam corroídos, ocasionando, também, mais horas de trabalho para manter a sobrevivência, já que os planos de governo só vêm aumentar a segregação social. E como desafios têm mais competitividade no mercado mundial, em que a solução seria investir em tecnologias para elevar a produtividade. E essa crise do assalariamento gera um desconforto nacional, em que tanto nas camadas urbanas quanto nas rurais sofre-se rebatimento. Assim, aparecem as Novas Formas de Organizações Sociais, que, neste momento, se organizam para fomentar suas unidades produtivas, articulando grupos sociais, como as associações ou cooperativas, para melhor se inserir no mercado de trabalho.

Assim, a organização social indica a construção de um novo processo de desenvolvimento rural, cuja sustentabilidade depende da capacidade de seus sujeitos locais de planejar a intervenção dos atores locais, ou seja, da sociedade civil e do Estado, de modo a possibilitar a formulação de ações de curto, médio e longo prazo na perspectiva de desenvolvimento, com base nas potencialidades econômica, social, política, cultural, ambiental e institucional. Nesse sentido, as formas de organizações sociais e da produção, por meio das associações e cooperativas, têm ganhado força quando se apresentam como uma alternativa real de geração de trabalho e renda, ou seja, de melhoria da produção e da qualidade de vida do homem do campo, mostrando-se como perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

Para muitos, a solução para a entrada no mercado de trabalho está nas cooperativas e associações comunitárias, seja por unidades familiares, que são formas elementares de organização microeconômicas própria do trabalho, ou por grupos de trabalhadores afins. Estes empreendimentos na agricultura familiar geralmente estão ligados por relações de parentesco ou de outra natureza (ética, de vizinhança, ideológica etc.), e tem como objetivo a reprodução ampliada da vida de seus membros, em que estas relações

suscitam a possibilidade de desenvolvimento para satisfazer as necessidades de todos e que são mediadas por diversas relações de solidariedade.

No entanto, a fragilização dos pequenos agricultores rurais é um fato incontestável, haja vista não disporem de condições para alavanca o desenvolvimento da produção local, sem a existência uma política ativa de superação das dificuldades enfrentadas por eles.

Nesse sentido, é de fundamental importância a organização social com vistas a potencializar níveis de produção agrícola associadas a uma política de desenvolvimento rural para as pequenas estruturas produtivas familiares e para população que, historicamente, ficou à margem do desenvolvimento nacional.

Além disso, a organização social possibilita o acesso a tecnologias e ao financiamento público para pequenos agricultores familiares, e favorece a criação de uma rede de negócios em escala ampliada, visando a dar sustentabilidade econômica e social as organizações sociais e ao processo produtivo estabelecido em regiões como a Amazônia, particularmente, a Região do Baixo Tocantins, no Município de Moju.

Para Marx, o trabalho é mediação da relação entre o homem e a natureza. Essa função mediadora exige conhecer o complexo causal que é objeto da atividade. O trabalho produz a mercadoria e o trabalhador como mercadoria (esse produto é coisa, objetivação). E a objetivação do trabalho é produto do homem, é história. A objetivação envolve a exteriorização do trabalhador em seu produto (alienação). Esta remete para fora. Daí muitas vezes ocorrer o estranhamento que é a objeção sócio-econômica à realização humana. A economia política oculta, o estranhamento (algo que não reconheço como meu apesar de eu ter produzido), ou seja, o processo de trabalho, em que o trabalhador produz a mercadoria, que em seu estágio final lhe pertence, à medida que o fruto de seu trabalho é alienado ao capitalista, dono do produto tanto no ato da produção, quando do produto final, isto é a mercadoria que surge ao final do processo de produção.

Sobre as transformações no mundo do trabalho, entendemos porque é importante analisá-lo, entendendo os conceitos defendidos por Ricardo Antunes (1995). Entender que o trabalho, no sentido canônico da Revolução Industrial está em crise, daí dizer que o trabalho assalariado, segundo o padrão

desenvolvimento industrial, já não é um elemento central. Isto exige a compreensão de que a classe trabalhadora passa por uma metamorfose identificada pelas diversas formas de trabalho, que surgem desta crise. A terceirização e o empreendedorismo são formas de organização do trabalho na contemporaneidade.

Busca-se compreender como essas metamorfoses afetam os trabalhadores rurais do Município de Moju, suas formas de organização e de trabalho, ou seja, repensar ações práticas no trabalho das cooperativas, como instrumentos fundamentais para ir além da questão do desemprego.

As alterações causadas pela intensificação das relações econômicas em diferentes pontos do planeta impulsionaram o acirramento da competitividade em altíssimas escalas, gerando a necessidade de uma rápida transformação das estratégias, da organização e da cultura empresarial. As mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho provocam impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho.

Estas mudanças que ocorrem hoje com a reestruturação produtiva, a partir da economia flexível, surgem sob a justificativa ideológica de repulsa à rotina burocrática e propagam a busca da flexibilidade para produzir novas estruturas de poder e de controle.

A análise da desregulamentação do trabalho, o desemprego, e, por final, a precarização do trabalho geram os processos de organizações produtivas, mais do que reivindicativas. Questões estas que vêm criando sub-classes locais, suscitando a necessidade de fazer uma revitalização sindical, criar novos modelos empresariais, encontrar saídas para o desenvolvimento através do sistema produtivo local, criar uma relação de trabalho direta com a tecnologia, evitar que o Estado continue se omitindo, abrindo espaço para novas práticas de resistência aos trabalhadores, para evitar o apagamento da referência coletiva.

Esse contexto nos faz crer que as novas formas de organizações sociais são instrumentos fundamentais que visam à melhoria da qualidade de vida do homem, compreendendo o mesmo como um todo, como um ser que produz e que é produtivo, respeitando o mesmo pelo que faz de forma consciente, buscando a realização do mesmo de uma forma bem mais ampla, completa.

Assim, esta pesquisa visa a dar conta das dinâmicas locais no âmbito das Novas Formas de organizações sociais que têm mobilizado a zona rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população local.

## 2.2 O Município de Moju e sua dinâmica territorial nos anos 80-90

O município de Moju, a partir dos anos 80, passou por um processo de alteração em suas estruturas econômica, política e social, cujo motor básico foi o processo de democratização, que coloca em cena diversos atores sociais. Podemos destacar que a partir do processo de organização social, o município conseguiu novas escolas, postos de saúde, e potencializou ainda mais a ação diante da economia solidária.

As práticas de “desenvolvimento sustentável” começaram a ser implementadas na década de 90, basicamente. O aparecimento, em nível local, de organizações voltadas para o desenvolvimento sustentável resulta da ação do STR e das organizações populares, inicialmente, apoiadas pela Igreja e, em um segundo momento, pela aproximação com partidos políticos, principalmente o Partido dos Trabalhadores – PT.

Neste contexto, os trabalhadores rurais passam a demandar políticas públicas devido à falta de acesso a condições que possibilitam o desenvolvimento da localidade, ou seja, pautado no acesso à infra-estruturas e serviços coletivos como condição *ex ante* à produção na perspectiva de ampliação da escala local, que exige, acima de tudo, a qualidade do produto, bem como, da mão-de-obra para a sustentabilidade das atividades, haja vista a necessidade de tecnologias de gestão e processamento dos produtos, sob as exigências de mercados cada vez mais sofisticados.

Em face dessa realidade, as pequenas unidades produtivas precisam se organizar via sujeitos coletivos, a fim de capturar financiamentos de infra-estruturas, bens e serviços compatíveis com a perspectiva do desenvolvimento endógeno. Nesse contexto, particularmente na microrregião do Baixo Tocantins, especificamente no Município de Moju, há uma mobilização política e social que, em primeira instância, traduz os movimentos sociais sob uma nova dinâmica, a qual se atribuiu a potencialidade de valorização da cultura local (BARBOSA *at al*, 2004).

Nesse sentido, as formas de organização sociais e da produção, em forma de associações e cooperativas, têm ganhado força quando se apresentam como uma alternativa real de geração de trabalho e renda, voltada



para a melhoria da produção e da qualidade de vida do homem do campo mostrando-se como uma alternativa de desenvolvimento sustentável.

Apesar dos dados apresentarem um grande desequilíbrio entre produção no campo e a grande desigualdade social existente no meio rural, a questão de desenvolvimento rural continua priorizando os grandes projetos ou o agronegócio, que continua sendo o grande destaque na economia brasileira, com expressiva participação nas exportações do Brasil. No entanto, permanecem ainda os problemas de degradação social e ambiental, os conflitos pela posse da terra e a pobreza no rural. Em relação aos trabalhadores da agricultura familiar, a problemática é complexa, com destaque para a falta de oportunidades que lhes permitam desenvolver seu potencial no campo.

Diante desse contexto, os trabalhadores rurais começaram a se organizar de diversas formas e lutar por acesso a políticas públicas, como educação, saúde e de crédito, reforma agrária etc., articuladas com o processo produtivo. Assim, entende-se que para reverter este quadro é necessária a implementação de novas formas de produção articulada com as políticas de desenvolvimento local e regional para os pequenos produtores, as quais precisam estar ancoradas na realidade da Amazônia.

Dentre essas formas de organização social e da produção, destaca-se a importância da agroindustrialização da produção no campo, no formato de cooperativas e associações de produtores rurais, as quais vêm exercendo um papel relevante na criação de novos empregos no campo, na melhoria da renda das famílias de agricultores. Isto pode favorecer um modelo de desenvolvimento local sustentável, portanto, de um novo regionalismo, beneficiando, especialmente, os pequenos agricultores.

Os movimentos sociais têm se tornado um sujeito coletivo central no acesso às políticas públicas de melhoria de qualidade de vida e inclusão social, para o surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a (re) aplicação da renda da agricultura no próprio município e arredores.

A localização estratégica do deste município é uma das especialidades importantes para a implantação de empreendimentos econômicos agro-exportadores voltados aos mercados regional e nacional, criando forças econômicas regionais e supranacionais, que passam a interferir nas instâncias

de poder do país e na remodelação deste município e, conseqüentemente, de sua cidade.

Com a construção da Alça Viária, em 2003, o Município de Moju contou com uma transformação na economia local, pois a ponte “representa desenvolvimento” e geração de emprego e renda. Além disso, com a energia e a infra-estrutura das estradas, geram-se perspectivas de não apenas produzir alimentos, mas também de industrializá-los.

A economia agro-exportadora dos grandes empreendimentos, com a construção da Alça Viária, mais a ligação com a rodovia PA-150, viabilizou a interligação da região do Baixo Tocantins, conectando este município com os demais e com a capital do Estado. Na verdade, as condições favoráveis para o desenvolvimento econômico-social do Baixo Tocantins foram melhoradas sensivelmente com a conexão da Alça Viária para a produção e a colocação destes no mercado exportador. E esta localização estratégica do município foi uma das condições fundamentais para a articulação de interesses privados com o Estado, viabilizando a construção de uma infra-estrutura básica e necessária aos projetos econômico-empresariais ali instalados, bem como para o desenvolvimento da agricultura familiar, o que se dá por duas razões principais: a forte vocação agrícola, principalmente, o da cadeia produtiva da fruticultura, geograficamente próxima a Belém; e a saída pela rodovia Belém-Brasília, que favorece a circulação que se constituiu em fator de atração à comercialização. Assim, essa espacialidade se constituiu em importante referência para a produção.

No Município de Moju, paralelamente aos grandes empreendimentos agro-exportadores, como a SOCÔCO e a AGROPALMA, observa-se a agricultura familiar como um dos atores centrais na geração de trabalho e renda. Vê-se hoje que o Município de Moju passa por um processo de alteração na produção, na reprodução do capital e do trabalho. Atividades industriais no município e a concentração de atividades especializadas, como serviços necessários à valorização do capital, são essenciais para entender a expressiva elevação de seus índices de desenvolvimento. Os nexos do movimento de metamorfose das relações de produção e de trabalho apontam para a transformação deste município, cuja complexificação é evidente.

A AGROPALMA no Estado do Pará foi mais um dos projetos de desenvolvimento da Amazônia implantado no final da década de 70 e no início da década de 80. Nesta época, o governo incentivava as grandes empresas a irem para a Amazônia, para proporcionar o desenvolvimento cuja estratégia correspondeu à dinâmica dos grandes empreendimentos agro-florestais, minerais e agropastoris, quando se derrubou milhões e milhões de hectares de floresta para a plantação ou introdução de culturas exógenas à região.

Na época, o grupo Real (Banco Real), proprietário da Agropalma, realizou um estudo e identificou potencial para a cultura da palma. Em 1983, foi feito o primeiro plantio da Agropalma. Na época, todas as mudas eram importadas. Não existia produção de semente no Brasil. Durante muito tempo, trabalhou-se importando sementes de vários países do mundo. Um ano depois, em 1984, adquiriu-se outro plantio, que era a Agromendes, incorporada, posteriormente, a Agropalma.

Em 1985, inaugurou-se a 1ª Usina de extração que, à época, foi 100% importada. Quase tudo veio da Alemanha, da Malásia, dentre outros países. Desde o início até hoje, o resultado do trabalho são 33.000 hectares de plantios próprios e 5.000 hectares em parcerias com agricultores familiares, cooperativas e pequenos e médios produtores privados locais. Dispondo de 4 indústrias, sendo a última delas inaugurada em 1996 já foi com 98% de nacionalização dos equipamentos, só 2% ou 3% vindo de fora. Em 1997 inauguraram a 1ª refinaria com 120 toneladas/dia de capacidade. Essa refinaria hoje produz 320 toneladas por dia e já esgotou sua capacidade. Não tem como expandir mais, e assim a empresa já estuda a possibilidade de expansão para viabilidade de outra refinaria.

Construíram indústrias de margarinas, cremes e gorduras vegetais para atender mercados de *food service*. Hoje, estão construindo também uma usina de biodiesel produzido a partir de resíduos do processamento do óleo de palma. Assim, fecharam o ciclo de auto-sustentabilidade, desde a fruta de onde extraem o óleo. Do refino deste óleo tem-se um resíduo, que vai ser transformado em combustível e movimentar os equipamentos para continuar a produção.

A instalação desses projetos agro-exportadores alterou expressivamente a estrutura econômica e social do Município de Moju. Segundo informação de

alguns dos moradores, a introdução destes projetos trouxe uma efetiva repercussão na sociedade local, que é impactada pela introdução da agro-indústria e da monocultura no município de Moju sob a dinâmica agro-exportadora.

Neste universo, buscamos compreender o processo de desenvolvimento local – ocorrido a partir dos anos 80 – e do envolvimento de agricultores familiares, particularmente no que diz respeito às formas de organizações sociais, na passagem das lutas sindicais para a organização produtiva, bem como proporcionando ou não melhorias na qualidade de vida e do meio em que estes agricultores vivem.

**Tabela 1 - Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000**

Posição na Ocupação no Trabalho	1991		2000	
	POC	%	POC	%
<b>Total POC</b>			<b>14.802</b>	<b>-</b>
Empregados	3.742	28,66	5.373	36,30
Com carteira de trabalho assinada <sup>(1)</sup>	-	-	1.669	31,06
Militares e funcionários públicos estatutários	-	-	807	15,02
Outros sem carteira de trabalho assinada <sup>(2)</sup>	-	-	2.897	53,92
Empregadores	116	0,89	201	1,36
Conta própria	7.245	55,49	6.659	44,99
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	1.953	14,96	1.619	10,94
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	950	6,42

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/ 2000. Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos;

(2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

A tabela mostra a distribuição da posição na ocupação no trabalho no município de Moju, nos anos de 1991 a 2000. Por ela, fica explícita a elevação no índice de empregabilidade. Isso se deu devido à necessidade do aumento na produtividade, com a chegada da Alça Viária.

**Tabela 2 - Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1994-96.**

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Banana <sup>(2)</sup>	120	150	610	302	378	1.025	649	831	2.444
Cacau (em amêndoa) <sup>(1)</sup>	132	132	115	29	57	51	12	25	22
Coco-da-Baia	5.300	5.300	8.300	84.800	84.800	132.800	27.136	29.680	39.840
Dendê (coco) <sup>(1)</sup>	8.300	8.300	8.300	97.824	97.824	97.824	3.423	4.891	5.380
Laranja	12	17	17	857	1.214	1.214	47	48	46
Limão	10	10	10	300	300	300	27	15	13
Maracujá	30	30	15	1.872	1.872	1.170	87	84	49
Pimenta-do-Reino <sup>(1)</sup>	560	335	335	717	429	429	498	557	622
Tangerina	10	10	10	300	300	300	31	24	22

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade produzida em toneladas; (2) – Quantidade produzida em mil cachos.

A tabela 2 mostra a área colhida, a quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes, no período de 1994 a 1996, na qual podemos analisar a evolução produtiva deste Município.

**Tabela 3 - Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2003-2005**

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (tonelada)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Banana	800	800	1.000	10.000	10.000	12.500	5.000	5.000	5.000
Cacau (em amêndoa)	50	50	50	22	22	22	88	88	88
Castanha de Caju	20	20	35	8	8	14	4	4	7
Coco-da-Baia <sup>(1)</sup>	6.690	6.690	6.690	66.900	66.900	66.900	6.690	6.690	6.690
Dendê (coco)	7.678	7.678	7.678	135.132	135.132	135.132	7.432	12.838	7.432
Laranja	80	80	80	952	952	952	190	190	190
Manão	2	2	5	24	24	60	17	10	24
Maracujá	10	10	40	97	97	388	49	29	194
Pimenta-do-Reino	740	890	940	1.850	2.225	2.350	7.400	8.900	4.465
Urucum (semente)	2	2	10	2	2	10	1	4	4

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade Produzida em Mil Frutos

As tabelas apresentadas mostram que a quantidade produzida de coco da baia e dendê aumentou, gradativamente, considerando os anos de 1994 a 2005.

O Município de Mojú, em 2000, apresentou um surpreendente crescimento de seu Produto Interno Bruto, da ordem de 29,8%, mais de dez pontos acima da média paraense, que resultou em um incremento de 26,5% em seu PIB *per capita*. Porém, quando se utiliza indicador IDH, é que é possível observar uma contradição. O Moju apresenta um dos menores índices de alfabetização da região. Além disso, é possível recorrer ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal relacionado à renda (IDHM-renda). No ano de 2000, o índice relacionado ao município de Mojú era 0,525, bem abaixo da média do estado do Pará, que era 0,629.

**Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000**

IDH	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH – M	0,319	0,448	0,433	0,643
IDH – M Longevidade	0,452	0,533	0,607	0,714
IDH – M Educação	0,362	0,398	0,410	0,690
IDH – M Renda	0,145	0,412	0,281	0,525

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Em Moju, a constituição da agricultura familiar criou um movimento na contraface da implantação de grandes empreendimentos agro-exportadores. Neste, o movimento dos trabalhadores rurais materializam, a partir das lutas sociais, uma de “passagem” das reivindicações sobre a regularização fundiária e do incremento do crédito agrícola à formulação de um novo “modelo” de desenvolvimento local. Dizemos passagem, por entendermos que, antes, às lutas eram mais reivindicações de políticas públicas e, hoje, percebemos que as lutas estão diretamente ligadas à manutenção da produção.

## CAPÍTULO III

### O Sindicato de Trabalhadores Rurais na constituição de formas de trabalho associativista no meio rural

#### 3.1 Da constituição da CUT à crise do novo sindicalismo

Os anos de 1980 ficaram conhecidos como a “década perdida”, numa referência direta à baixa dinâmica da economia brasileira, ao que muitos adicionam o desperdício de oportunidades para promover rupturas com alguns dilemas históricos do país – entre eles, a questão agrária. Mas foi também nesse período que se consolidou uma institucionalidade democrática, depois de duas décadas de ditadura. Esse período foi palco de um expressivo crescimento da organização sindical e de um aumento no poder de influência dos trabalhadores: a criação das centrais sindicais e a explosão no número de greves são indicadores disso (POCHMANN *et al*, 1998).

Em 1983, no congresso realizado em São Bernardo do Campo, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Apesar de ter participado de todo o processo de articulação, chegando, inclusive, a sediar várias das reuniões preparatórias, a CONTAG optou por não referendar a criação da Central. O estopim para a cisão entre esses grupos foi a resolução adotada pelo grupo organizador do congresso, que permitia a participação das oposições sindicais, o que a CONTAG entendia como uma afronta ao princípio da unidade sindical.

Favareto (2005) ressalta que, ao longo dos anos seguintes, a CONTAG optou por não se filiar a nenhuma central sindical, embora seu presidente, José Francisco da Silva, tenha assumido a vice-presidência da CGT, criada poucos anos depois. Isso provocou um acirramento da polarização entre a CUT e a CONTAG. O Congresso da CUT teve a participação expressiva de 5.222 delegados. O setor rural foi responsável pela maior representação setorial, superando, inclusive, os trabalhadores da indústria.

O autor lembra, ainda, que a direção nacional da Central foi composta por 149 dirigentes, o que incluía o corpo responsável pelas ações nacionais da Central – sua Executiva Nacional – e os responsáveis pela construção da Central nos estados. Desse grupo, aproximadamente um terço era de

trabalhadores rurais. Se excetuarmos os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que juntos tinham 36 dirigentes compondo a direção nacional (nenhum rural), chega-se à conclusão de que, no restante do país, algo em torno de 40% dos dirigentes responsáveis pela construção da CUT eram rurais. Para a Executiva Nacional foram indicadas lideranças da Amazônia (Avelino Ganzer, STR Santarém-PA) e do Nordeste (José Gomes Novaes, STR Choça-BA e Luis Silva, STR São Sebastião do Umbuzeiro-PB).

A participação do setor rural nos congressos e sua presença nos cargos de direção manteve-se neste mesmo patamar ao longo de todos os congressos realizados nesta década, indicando a importância desse segmento para o conjunto da central sindical que, desde então, passava a se organizar em bases nacionais.

As bandeiras de luta adotadas nesse Congresso são uma amostra suficiente do caráter eminentemente político do novo sindicalismo que começava a se consolidar: “rompimento com o Fundo Monetário Internacional, fim do arrocho salarial; redução da jornada de trabalho sem redução de salários; liberdade e autonomia sindical; atendimento das necessidades básicas da população; política de habitação; revogação da Lei de Segurança Nacional; ampla e livre organização política e partidária; contra a privatização; contra qualquer tipo de discriminação; defesa das populações indígenas; pelo reconhecimento da CUT como órgão máximo dos trabalhadores”.

Para além das resoluções adotadas, Favareto (2005) destaca que o conjunto dos debates ali ocorridos denota uma forte organização e um destaque para temas de grande impacto na agenda política nacional. As resoluções afirmam a centralidade da reforma agrária, ampla, massiva e sob controle dos trabalhadores; a luta pelas eleições diretas, e a defesa da liberdade e autonomia sindical. Especificamente relacionado à questão agrária, o Congresso destacou a importância estratégica da reforma agrária, o que aparecia em várias partes do texto aprovado. Quando se tratava de detalhar essas proposições, a maioria dos itens relacionados dizia respeito a propostas destinadas a demandas importantes de outros segmentos que compõem o meio rural, como: i) lutar por reforma agrária e pelo atendimento das reivindicações imediatas dos camponeses, tais como preço mínimo, armazenamento e distribuição, assistência técnica; ii) direitos trabalhistas,



previdenciários, salários; iii) vincular-se às Diretas Já! e lutar pela reforma agrária; iv) incentivo às ocupações e à exploração coletiva de terras; v) criação da Secretaria Rural para articular a diversidade das lutas no campo; vi) questão indígena; vii) extrativismo sob controle dos trabalhadores; viii) cumprimento do decreto que garante dois hectares de terras para trabalhadores dos canaviais; ix) bóias-frias, organização nos locais de moradia e integração na luta pela terra.

O texto das resoluções trazia ainda outros vinte itens, abordando: uso de agrotóxicos, mulher, previdência, seguro agrícola, limite à propriedade, desvios de verbas no Nordeste, infra-estrutura, direção das lutas, comercialização e cooperativismo, assentamentos, garimpeiros, mais espaço no congresso, comissões de educação nos sindicatos, dívidas, financiamento, assentamentos.

Como se pode observar, o teor organizativo é bastante acentuado. Junte-se a isso a presença destacada de temas de forte ideologização e o reconhecimento de situações de trabalho bastante diversas (questão indígena, extrativismo, assalariamento, pequenos agricultores), mas, sobretudo, com ênfase nas políticas fundiárias.

O terceiro congresso e o último da década de 1980 reuniram 6.244 delegados, dentre os quais aproximadamente 32% eram trabalhadores rurais. Porém, a partir daí, a participação desse segmento na direção nacional e também nos Congressos e Encontros da Central passa a apresentar uma significativa queda. Dos 124 dirigentes eleitos, apenas 23 eram rurais. Para a Executiva Nacional foram eleitos Avelino Ganzer (Santarém/PA) – novamente na vice-presidência – e Adelmo Escher (Francisco Beltrão/PR), como suplente.

O eixo das resoluções, pela primeira vez, não considerava o socialismo a perspectiva principal. Diversamente, no texto aprovado, as análises eram tecidas em termos de desenvolvimento capitalista e luta de resistência. Isso se devia, de um lado, aos impactos dos acontecimentos que começavam a percorrer o Leste europeu, pondo fim a décadas de socialismo burocrático, e, de outro, a uma atenuação do discurso motivada pela proximidade das primeiras eleições presidenciais após a ditadura, em que a candidatura apoiada pelos sindicalistas nutria alguma expectativa.

Nesse mesmo congresso, aparece também formulada, agora com mais ênfase, a preocupação com a diversidade dos trabalhadores do campo, e entra em pauta o grande desafio da organização sindical da CUT: construir “a unidade na diversidade”. Este seria o lema que sintetizava a missão da CUT no meio rural. Com o novo desenho institucional da Central, adotado em 1988, a estrutura de representação dos trabalhadores rurais deixou de ser a Secretaria Rural e passou a ser o Departamento Rural, o que significava maior autonomia para esse segmento.

A criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) foi também o lance mais ousado do novo sindicalismo na confrontação à estrutura sindical oficial. No mesmo movimento que levou à sua criação foram sendo disseminadas novas experiências de organização sindical, em dissonância com a estrutura oficial, por intermédio das quais os agricultores ligados a CUT buscavam firmar os melhores instrumentos para instituir sua representação.

No Congresso de 1988, a CUT optou por um perfil organizativo voltado para a mediação entre capital e trabalho. Embora pareça paradoxal, isso se justificou por tratar-se de um momento de afirmação da organização cutista.

Assim, ao privilegiar a representação dos assalariados, mas também ao procurar se diferenciar da estrutura sindical oficial, a CUT abriu espaço para acomodar institucionalmente sua porção rural num departamento específico. Afinal, a CONTAG, nesse momento, defendia o Plano Nacional de Reforma Agrária, alinhando-se ao Governo Sarney, e apoiava medidas da Nova República.

Da fundação do Departamento Rural participaram 419 sindicatos. O conjunto de definições tomadas àquela altura para o novo sindicalismo rural tinha uma marca fundamental: a crítica ácida à estrutura corporativa. Essa crítica era fortalecida pelo acentuado crescimento das chamadas organizações diferenciadas (CEDI, 1991a e b; CUT/CONTAG, 1998a) – aquelas que se constituíam burlando os parâmetros definidos por lei – e pelo crescimento dos sindicatos filiados a CUT.

Mas ainda dessa vez não foi resolvida aquela ambigüidade já ressaltada em relação à estrutura sindical – a negação da estrutura oficial, mas uma aceitação dos sindicatos oficiais na base. Tal ambigüidade era resolvida no

plano do discurso, com propostas de diferenciação e regionalização (diferenciação de organizações específicas de representação de assalariados e pequenos agricultores, e regionalização da base dos sindicatos então organizados por município, propostas que, na prática, acabavam com o enquadramento e a delimitação territorial imposta por lei).

No que diz respeito às demandas e às reivindicações, a criação do Departamento Rural trouxe inovações perceptíveis. Como já foi dito, sua criação reservou um lugar institucionalmente definido no interior da central aos trabalhadores rurais.

Com isso, foram criadas determinadas condições para que esse segmento se organizasse seguindo os rumos determinados pelos seus próprios representantes, e não de forma diluída no conjunto de demandas e definições processadas pelo conjunto da central, muitas vezes influenciado por uma visão pouco precisa da real diversidade da sua base social. Isso significava tratar mais afirmativamente as demandas dos segmentos não-assalariados, que representavam os mais numerosos e influentes na porção rural da central.

Um primeiro terreno onde se pode sentir o teor do projeto político-sindical dos “rurais da CUT” é a percepção de sua base social e da maneira como nele estão organizadas as reivindicações fundamentais.

No documento que origina o Departamento Rural há um tratamento de temas organizados nos seguintes segmentos: assalariados, pequenos agricultores, pescadores, povos da floresta, povos indígenas, atingidos por barragens, mulheres, atingidos pela seca. Esse conjunto de situações de conflito e de produção era articulado pela noção de trabalhador rural, numa referência à categoria “instituída” com o Estatuto da Terra, consagrada pelo sindicalismo rural oficial, e adotada tanto pelo sindicalismo urbano como pelo sindicalismo rural influenciado pela esquerda católica.

A forma de organizar institucionalmente esses segmentos se fez por meio da criação de secretarias específicas. Apesar de algumas secretarias serem destinadas a esses segmentos, é importante notar que a quase totalidade delas era ocupada por pequenos agricultores.

Um segundo terreno importante a ser considerado no projeto político-sindical capitaneado pelo DNTR é a forma de representação dos produtores autônomos. Sobre isso, tanto nos depoimentos de dirigentes como em

passagens das resoluções podem-se enxergar o tratamento do tema pelo Departamento Rural. De início, quando se justifica a existência do Departamento, a situação dos produtores autônomos é tratada como mais uma manifestação das várias formas de expropriação do trabalho promovida sob o capitalismo.

Favareto (2005) destaca o saldo dos anos 1980 para o novo sindicalismo rural como a soma das contradições sentidas nesses dois campos. No terreno político-organizativo, conseguiu-se construir bases sólidas, consolidando a CUT como Central Sindical de expressão nacional e enraizamento em todo o território nacional, cobrindo uma larga diversidade de situações produtivas, desde as modernas lavouras do centro-sul até o campesinato das zonas mais pobres do país. Porém, não se conseguiu romper com o modelo organizativo do sindicalismo corporativo.

Em outras palavras, a CUT passou a ocupar um lugar de destaque no cenário político. Seus sindicatos passaram a partilhar de uma mesma identidade, mas não se superaram os limites do sindicato único, de base municipal, sem enraizamento no local de trabalho. No terreno das lutas sociais, o novo sindicalismo rural deixa os anos de 1980 ainda com as glórias de ter-se constituído num movimento de confrontação ao Estado ditatorial e ao latifúndio, gozando, por isso, de forte reconhecimento social.

As transformações no mundo do trabalho, que se disseminaram no Brasil a partir dos anos de 1990 – a introdução de novas tecnologias de produção e de gestão, o desemprego estrutural, a desregulamentação do trabalho, o trabalho temporário e a terceirização – significaram uma crescente heterogeneização, fragmentação e complexificação da forma de ser e de viver da classe trabalhadora, com impacto direto na ação sindical (ANTUNES, 1995).

No que dizem respeito aos interesses históricos dos trabalhadores, essas transformações implicaram impactos no plano da “subjetividade, da consciência do ser social que trabalha”. Impactos em suas “ações de classe, nas ações de seus órgãos de representação”. Quanto às questões imediatas, a década de 1990 reservou sérias dificuldades ao movimento sindical: com a abertura comercial, inúmeros setores da indústria doméstica quebraram diante da competição com os produtos importados.

O ajuste implementado abruptamente, sem regras e processos de transição, provocou um drástico corte dos postos de trabalho, fato agravado pelo período de recessão em que se operaram tais mudanças. Essas tendências foram aprofundadas com a instituição do Plano Real, quando se optou pela estabilização mediante a sobrevalorização cambial, a elevação das taxas de juros e a aceleração da abertura comercial, com impactos diretos no setor produtivo e no mercado de trabalho. Com isso, o emprego e o trabalho passaram a ocupar um lugar de destaque, antes ocupado pela luta por salários. Isso marcou uma inflexão na agenda sindical em relação à década anterior.

Para Favareto (2005), as marcas principais dessa tentativa de reorientação do paradigma de ação sindical foram: i) a necessidade de horizontalizar a ação política, em contraposição ao verticalismo constituído de acordo com a organização por ramos de atividade, característica do período anterior; ii) a necessidade de reconsiderar a base social desse sindicalismo, sobretudo incluindo uma multiplicidade de formas sociais de trabalho para além da tradicional situação de assalariamento; e iii) a necessidade de conferir um tom mais “propositivo” à ação sindical, em contraposição ao caráter marcadamente reivindicatório do período anterior.

O espaço rural viveu esse mesmo leque de condicionantes, acrescido de alguns outros aspectos que lhe são específicos. Como foi abordado anteriormente, com a crise dos anos de 1980, o padrão de organização da agricultura brasileira, forjado desde o período da modernização conservadora, teve suas bases erodidas. Com isso, em vez de um padrão em que o Estado assumia e canalizava para si a mediação das situações de conflito e das situações de produção, surge a idéia de uma seleção das demandas, definida tanto pela articulação que elas representam para os rumos da economia como pelo poder de pressão dos portadores de tais demandas.

Mas não foi somente no ambiente institucional que se processaram mudanças fundamentais para o espaço rural brasileiro. Algumas tendências socioeconômicas na base dos processos agrários modificaram substancialmente as relações sociais de sustentação dos padrões de dominação e de acumulação: acentuada diminuição da importância da agricultura na formação das rendas das famílias de agricultores (SILVA, 1999); um processo de concentração e especialização na agricultura de *commodities*;

o desemprego acompanhado da flexibilização do trabalho assalariado; um adensamento da malha de municípios brasileiros, com uma aproximação entre os espaços urbanos e rurais motivada tanto pela busca de novas atividades e produtos por parte de segmentos da população urbana como pela evolução do padrão de urbanização em determinadas partes do país (VEIGA *et al.*, 2001); a descentralização de várias políticas públicas com impacto na qualidade de vida das populações dos pequenos municípios e na participação social nos mecanismos de gestão dessas políticas (ABRAMOVAY, 2000; FAVARETO e DEMARCO, 2004).

Após anos de debates, polêmicas, idas e vindas – e numa resposta à crise identificada –, a porção rural da CUT, no início dos anos de 1990, faz uma importante redefinição sobre seu projeto político. Quanto às dubiedades da estrutura sindical, o novo sindicalismo resolve assumir a importância da estrutura sindical oficial e, deixando de lado o posicionamento ambíguo, afirma a necessidade premente de conquista e transformação da CONTAG.

Com relação às bandeiras de luta, o novo sindicalismo abandona as antigas – reforma agrária e direitos trabalhistas, ou reforma agrária, política agrícola e direitos trabalhistas – e assume outras – “um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar”, segmento que passa a ser considerado prioritário nessa nova estratégia para o meio rural que o sindicalismo se propõe a construir (FAVARETO e BITTENCOURT, 2000; MEDEIROS, 1997).

A opção pela agricultura familiar aparecia com ênfase em dois argumentos: a necessidade de dar mais visibilidade à diversidade de segmentos que compõem o rural, tratando-a afirmativamente, numa crítica à generalidade da categoria “trabalhador rural”, e a busca por um conteúdo mais propositivo, discutindo e propondo um projeto, e não medidas pontuais. Essa leitura incorporava, à sua maneira, o diagnóstico de fragmentação da realidade rural brasileira e as mudanças sociais e político-institucionais pelas quais o país tinha passado no início da década.

Com isso, os sindicalistas procuravam uma definição que sinalizasse um projeto mais amplo, de caráter menos reivindicatório e mais afirmativo, em que se buscava equacionar as demandas dos demais segmentos que compõem o rural – agricultores familiares, sem-terras, assalariados, aposentados etc.

Na base dessa nova orientação, estavam: as experiências que vinham sendo levadas adiante na organização de lutas nas regiões Norte e Sul do país, por meio das quais se foi desenhando um determinado jeito de compor alianças e construir as pautas de reivindicação; o papel de novos mediadores como as organizações não-governamentais e outros órgãos de assessoria, por intermédio do qual se introduziu o debate sobre agricultura familiar e modelos de desenvolvimento; a derrota da candidatura Lula em 1989, que tirou do horizonte próximo a possibilidade de transformação radical da realidade; e uma certa crise do modelo de desenvolvimento agrícola, que abria uma brecha para se discutir e propor projetos alternativos (FAVARETO e BITTENCOURT, 2000).

A luta pela reforma agrária foi, ao longo dos anos de 1990, sendo diretamente associada a outro movimento social rural – o MST –, o que se deve tanto aos méritos inerentes a esse movimento, suas estratégias, sua vitalidade e representatividade, como também ao excessivo legalismo com que federações e a própria CONTAG tratavam o tema. Isso, muitas vezes, obscureceu o fato de que parte das ocupações de terra vinha sendo, na verdade, conduzida também por sindicatos de trabalhadores rurais.

A nova orientação expressa nessas duas mudanças tem um significado profundo para o percurso que o novo sindicalismo viria a trilhar: elas implicaram o abandono de características fundamentais que estavam na sua origem e a adoção de novas referências, pelas quais se modificam as maneiras de ver os desafios inerentes ao conflito agrário e as formas de seu equacionamento ou superação.

Elas significaram também um realinhamento do sindicalismo rural da CUT em relação ao conjunto dos movimentos sociais rurais, marcadamente um distanciamento do novo sindicalismo em relação a parceiros históricos – como a esquerda católica, representada pela CPT e seus agentes, e o MST, nascido no mesmo contexto e sob as mesmas inspirações – e uma aproximação com o sindicalismo contaguiano, até então seu mais ferrenho oponente.

Os congressos da central realizados na segunda metade dos anos de 1990 e início da década seguinte reafirmam esse movimento. As resoluções passam a enfatizar cada vez mais a especificidade da agricultura familiar – em particular o fato de tratarem-se de produtores autônomos – e a luta pelo “projeto alternativo de desenvolvimento rural” como principal proposição.

### **3.2 Das reivindicações sindicais à organização sócio-produtiva sob a Economia Solidária**

No contexto das metamorfoses do trabalho, diversas atividades de geração de trabalho e renda emergiram ao longo dos anos 90, entre elas, as que passaram a ser nomeadas pela economia solidária. Segundo dado da Secretaria Nacional de Economia Solidária de 2003, estima-se a existência, hoje, de cerca de 20 mil unidades de trabalho de economia solidária no país.

No processo econômico, político e social, o cooperativismo é o caminho do meio. Isto significa dizer que, historicamente, age em momentos de crise, contrapondo-se às organizações do trabalho sob a forma de empresas mercantis, as quais buscam exclusivamente a expropriação do trabalho coletivo para a obtenção exclusiva do lucro. Diferentemente desta categoria, as cooperativas têm como perspectiva a organização que apresenta a vocação social para articular as formas de organização da produção e do trabalho a partir da unidade entre economia, política e sociedade.

O Cooperativismo e a economia solidária, no Brasil, fazem parte de um projeto estratégico de organização sócio-econômica com princípios opostos aos do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção *darwiniana* pelos mecanismos do mercado, a limitação. Mas não a eliminação destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores.

Para Singer (1999), a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo, em sua nova fase, exacerba. A construção da economia solidária aproveita a mudança das relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, o surgimento de novas oportunidades de se reintegrar à produção por conta própria ou coletivamente (SINGER, 1998).

O movimento cooperativista, enquanto movimento social, procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade



econômica. Isto porque o cooperativismo é um sistema de idéias, valores e forma de organização da produção de bens e serviços e do consumo que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas à medida que a cooperação é fundada no reconhecimento mútuo de respeito, de reciprocidade e de receptividade.

As experiências de economia solidária têm sido analisadas como embriões de novas formas de produção de organização do trabalho e do mercado. Estas experiências indicam um enorme potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais.

As cooperativas ou empreendimentos solidários propõem a formação de agentes propulsores de um novo solidarismo econômico, num ambiente econômico dominado por princípios opostos de competição e eliminação do concorrente (GAIGER, 1999). Singer (1999) nos traz a idéia de economia solidária como estratégia ao atual desemprego, propondo novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, fazendo uso da prática da solidariedade em lugar da competição. O autor rompe com o marxismo ortodoxo e com a visão economicista, que acreditava no desenvolvimento das forças produtivas como motor das transformações das relações sociais (PITCPES, 2006).

Segundo Singer (1999), a economia solidária busca alternativas socialistas e democráticas em face do modo de produção capitalista; ou seja, o socialismo pressupõe a transferência do controle dos meios de produção ao trabalhador que deseja assumir o controle do trabalho coletivamente, o que exige educação e conscientização por parte dos trabalhadores.

Os debates realizados pelo sindicalismo sobre o papel da economia solidária no desenvolvimento brasileiro colocam algumas questões de fundamental importância para a reflexão sobre as perspectivas deste projeto. No entanto, a maior incógnita nestes debates diz respeito ao papel da economia solidária como novo projeto de desenvolvimento. Desta questão derivam-se outras de igual importância.

O primeiro questionamento é em relação ao potencial transformador da economia solidária. A economia solidária pode ser uma alternativa ao atual modelo de desenvolvimento capitalista? A massificação de organizações

solidárias, não-capitalistas, é possível, especialmente no momento em que estão se formando gigantescos conglomerados multinacionais e, particularmente no Brasil, a abertura comercial ampliou muito os níveis de competitividade? As experiências locais de economia solidária potencializam a luta política geral?

Os últimos anos exibem uma grande expansão de experiências alternativas de geração de trabalho e renda. As poucas análises realizadas, até o momento, indicam que estas representam uma alternativa de grande relevância para a sobrevivência imediata de populações de baixa renda, mas também apresentam grandes dificuldades de sustentação, advindas de condições econômicas altamente adversas e de um mercado cada vez mais competitivo. Mas qual seria o seu papel destas experiências em longo prazo?

Do ponto de vista de um projeto social estratégico, a economia solidária ressurgiu com uma nova visão. Segundo Gaiger (1999), num período em que as forças políticas da sociedade se polarizavam em torno da disputa pela ascensão ao poder, pela democratização e/ou por um novo pacto social, as experiências comunitárias eram vistas como ações assistencialistas, subsidiárias, desagregadoras, ou então eram tratadas com grande desconfiança política.

Novas interpretações analisam as possibilidades da economia solidária não mais como uma ação pré-política, mas como embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho, do mercado ou mesmo de uma economia alternativa.

As experiências locais têm sido analisadas não só pelo seu impacto econômico local, mas como portadoras de novos conceitos e, até mesmo, como portadoras de profundos questionamentos aos sistemas tradicionais de produção, de crédito, de organização social, de mercado, de políticas sociais etc. Em especial, o caráter participativo destas experiências potencializa um alcance mais efetivo de políticas econômicas e sociais que normalmente passam muito distante das populações mais carentes, além de se garantir uma maior adequação a realidades locais distintas.

Segundo Gaiger (1999), as avaliações indicam que as experiências apresentam um enorme potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e

organizacionais mais adequadas a saberes popular. Já para Gadotti (1993), estas experiências estão forjando uma economia popular solidária integrada à economia de mercado, porém, contrárias à sua lógica.

Singer (1999) vê a economia solidária inserida num processo de revolução social. Esta tese se contrapõe à tese da revolução política (a conquista do poder estatal como único caminho para a revolução socialista) e defende que a transferência dos meios de produção para os trabalhadores deve ser resultado de um processo em que os próprios trabalhadores estejam desejosos e habilitados para assumir o controle dos meios de produção.

Este processo seria um longo percurso no qual modos de produção socialistas são formados dentro das formações sociais capitalistas. Já estaria em curso há cerca de 200 anos, quando as primeiras cooperativas socialistas foram formadas no auge da primeira revolução industrial na Inglaterra. Segundo esta visão, as experiências de economia solidária, especialmente as cooperativas, seriam também potenciais embriões de um processo de revolução social socialista.

A primazia de valores como a solidariedade, a democracia, a autogestão e a autonomia sobre valores mercantis, combinada com a eficiência econômica, coloca tais experiências na condição de coexistir com o mercado capitalista e, ao mesmo tempo, o questiona.

As experiências inspiradas na economia solidária surgem a partir de iniciativas muito diversas e de uma grande variedade de atores sociais, muitas vezes, em parcerias entre sindicatos, ONG's, prefeituras e empresas privadas. A realidade concreta desfaz ideologicamente uma separação inexistente entre Estado, sociedade e mercado.

Por outra reflexão teórica, Haddad (1999) analisa o debate teórico sobre o significado da economia solidária suscitada pela teoria política. São teorias que analisam a superação da crescente apatia das pessoas frente aos processos eleitorais e envolvem a tomada de decisões sobre os rumos das várias sociedades. Tal problema é atribuído a uma falta de "educação cívica" para se interessar por questões gerais da política nacional.

Para atacar este nó, o exercício da democracia nos espaços que lhes são mais próximos e que lhe dizem respeito mais diretamente, como o local de trabalho, poderia cumprir justamente este papel de estimular o desejo de

participação. Daí a importância de formas mais democráticas de organização do trabalho, da qual o cooperativismo é um grande exemplo.

Uma segunda questão, suscitada pela teoria econômica, diz respeito ao papel desempenhado pelo poder econômico na definição dos rumos da política. Diante da fraca participação popular, o poder econômico garante, a um só tempo, mais visibilidade às propostas dos setores dominantes e dificulta o acesso à plena informação por parte dos setores populares.

Por trás desta questão, está a idéia de que a igualdade de condições pressupõe não somente a igualdade formal de participação, como, fundamentalmente, uma igualdade substantiva quanto aos meios materiais (recursos econômicos que podem converter-se em recursos políticos) de que dispõem os vários sujeitos e setores da sociedade para o pleno exercício e funcionamento da democracia.

Sendo assim, alguma forma de socialização da riqueza, o que passa por alguma forma de socialização da propriedade, deveria ser implementada. Como a experiência do socialismo do Leste Europeu é uma experiência que concentra no Estado a propriedade, ao invés de socializá-la, emerge naturalmente a idéia do cooperativismo como uma socialização não estadista da propriedade, com a vantagem de permitir avanços progressivos, não vulneráveis a mudanças bruscas derivadas de mudanças nos grupos à frente do Estado.

Em síntese, poderíamos então considerar que as possibilidades da economia solidária se situam nos seguintes aspectos: os projetos de economia solidária apresentam grande potencial de ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho? A economia solidária propicia uma maior democratização da gestão do trabalho e a valorização das relações humanas. É também um caminho viável para uma maior distribuição de renda?

As redes de economia solidária podem ainda ser instrumentos com grande potencial para fortalecer o desenvolvimento local integrado sustentável, e ainda pode ser um caminho para a transformação social.

Um terceiro campo de questões está relacionado às visões sobre o futuro do emprego num novo modelo de desenvolvimento. Este questionamento está relacionado à análise que se faz sobre o mercado de trabalho. Está, de fato, havendo uma redução do número global de empregos?

O quadro atual de desemprego é provocado somente ou principalmente pela recessão econômica? Haverá lugar para a economia solidária num novo período de retomada do crescimento?

Como já analisado anteriormente, a conformação de uma nova estrutura no mercado de trabalho abriria um vasto campo de atuação para as novas organizações do trabalho inseridas na economia solidária. Porém, surge daí um novo questionamento. Este projeto não induziria ao dualismo, no qual os assalariados seriam formalmente contratados e gozariam de todos os direitos sociais e trabalhistas, enquanto o cooperativismo seria reservado aos setores precarizados, desprovidos de direitos?

As respostas a estas questões poderiam ser encontradas nas discussões sobre as formas de garantir, nas cooperativas, os direitos sociais e trabalhistas conquistados pelas lutas dos trabalhadores? Mesmo no “cooperativismo autêntico”, há um processo de “autoexploração”, na medida em que os trabalhadores são forçados a ampliar sua jornada de trabalho e a reduzir sua remuneração para aumentar sua competitividade no mercado, ou mesmo para manter sua sobrevivência. Como então garantir as condições de trabalho e de seguridade social no cooperativismo?

Em parte, este dualismo já está sendo gestado através das falsas cooperativas. Mas então, uma política de promoção do cooperativismo não estimularia ainda mais este processo? Os sindicatos estão cotidianamente sendo pressionados por sua base a combater a forte estratégia patronal de precarização do trabalho através da tercerização e da formação de cooperativas. Como adotar uma política de construção da economia solidária, que se materializa, principalmente, via o cooperativismo, sem que isto se confunda com as estratégias de expansão das falsas cooperativas?

A legislação do trabalho se configurou para uma economia baseada no emprego. É preciso reformular as leis para que se assegurem direitos básicos ao trabalhador nas novas formas de gestão do trabalho. Só o processo educativo, para que os trabalhadores, democraticamente, optem por instituir fundos nas cooperativas para garantia destes direitos, não é suficiente para assegurar estes direitos. São necessárias normas legais para o conjunto dos trabalhadores.

Um quarto campo de questões está relacionado ao papel do Estado numa proposta de economia solidária. A grande dúvida presente neste debate é se o fortalecimento do papel propositivo da sociedade e sua participação direta na execução de políticas de desenvolvimento não estariam reduzindo a pressão política para que o Estado assuma o papel que defendemos? Quais seriam as políticas públicas para o fortalecimento da economia solidária?

O papel do sindicalismo na construção da economia solidária abre um quinto campo de questões. O sindicato deve representar os trabalhadores autônomos e cooperados? Que políticas o sindicato deveria executar na economia solidária? Qual deve ser a relação entre sindicatos e cooperativas? Como iniciar políticas alternativas de geração de trabalho, se não há um processo prévio de organização dos desempregados?

Além destes questionamentos que tratam do papel estratégico da economia solidária, há ainda algumas limitações concretas que precisam ser atacadas para se promover um processo de expansão dessa economia. São limitações subjetivas que estão relacionadas à experiência cultural dos trabalhadores e questões relacionadas à viabilização econômica dos empreendimentos solidários.

Muitos empreendimentos se formam por motivações imediatistas, de curto prazo, como possibilidade de trabalho, acesso a crédito, a políticas públicas, etc. Sem uma dimensão estratégica e processos formativos, muitos grupos não mantêm um projeto coletivo e solidário de longo prazo. Além disso, a maioria dos trabalhadores ainda está presa ideologicamente à subordinação e possuem precários conhecimentos de gestão e baixíssimo espírito empreendedor. O sucesso dos empreendimentos solidários depende de um processo lento de mudança cultural, de comportamentos, combinado com a capacitação técnica.

Os elevados níveis de competitividade exigem, além da adequação das organizações, um conjunto de políticas que garantam condições mínimas de acesso aos mercados. As barreiras tecnológicas, legais, tributárias, comerciais e de escala devem ser superadas tanto por políticas públicas quanto por organizações e por redes de apoio e assessoria.

Além desses nós, um destaque especial precisa ser dado à formação, com dois objetivos: adensar a conscientização em torno do significado do

cooperativismo; e, além disso, sobre a necessidade de associá-lo às conquistas sindicais históricas (redução da jornada de trabalho e sistema previdenciário universal).

### **3.3 As Novas formas de Organizações Sociais diante da economia solidária**

No Brasil, o cooperativismo tem uma história de quase um século, que pouco esteve vinculado a um projeto socialista. A esquerda brasileira, em raros momentos, encontrou no cooperativismo um papel revolucionário. Precisamente, no início do movimento operário brasileiro, sindicatos e cooperativas se encontraram unificados num mesmo projeto político.

O sindicalismo e o cooperativismo brasileiro também surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores qualificados constituíram os “clubes de ofícios”, sindicatos – para defender os interesses da profissão, e as sociedades cooperativas de consumo – com vistas a possibilitar o desenvolvimento de trabalho, renda e acesso a produtos mais adequados aos seus associados (ITCPES/2004).

Segundo Anais da CUT 2000, o sindicalismo atrelado aos alicerces construídos pelo trabalhismo getulista se limitou a representar apenas trabalhadores integrantes do mercado formal de trabalho, considerando o restante dos trabalhadores um resíduo do atraso do desenvolvimento capitalista brasileiro. Somente ao final dos anos 90, quando se percebe que nenhum dos projetos de desenvolvimento econômico, até então em debate, seria suficiente para incorporar os excluídos estruturais do mercado de trabalho brasileiro, é que se promove o reencontro do cooperativismo com o projeto político da classe trabalhadora.

No final da década de 70 e ao longo dos anos 80, a exclusão de muitos agricultores familiares levou à ação de sindicatos, igrejas e ONGs na busca de construção de um novo tipo de organização – autônoma, democrática, mais adequada às condições econômicas e tecnológicas da agricultura familiar.

As restrições legais e burocráticas para a constituição de cooperativas abriram espaço para a organização de associações. O associativismo cresceu no meio rural, segundo princípios e modelos de organização inteiramente diferentes do cooperativismo da OCB. No associativismo criado pelo movimento sindical e popular, privilegiou-se o processo educativo e a participação democrática.



Os conhecimentos necessários para a gestão das associações eram construídos de forma participativa. Foram desenvolvidas novas tecnologias a partir do conhecimento acumulado. Também foram estimuladas as formas coletivas de produção, buscando-se alternativas de financiamento e de comercialização da produção (ITCPES/2004).

As transformações no mercado de trabalho e no capitalismo, como um todo, foram desencadeando a expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. A crise do trabalho assalariado sob a lógica fordista modificou o perfil da classe trabalhadora e exigiu a construção de um novo projeto político e social que conferisse nova centralidade ao trabalho. Por iniciativa dos próprios trabalhadores, um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção disseminou-se em todo o país sob diversas formas de cooperativas, associações e empresas em regime de autogestão.

Dois novos processos sociais levam, atualmente, o sindicalismo a se reencontrar com o cooperativismo. Uma profunda crise do trabalho acompanhada de uma crise de mesma dimensão do próprio movimento sindical. A crise do trabalho corresponde a um dos períodos mais críticos para os trabalhadores em todo o mundo.

A redução sistemática e estrutural do emprego formal e a conformação de novas categorias de trabalhadores, em velocidade maior que a capacidade de ação das organizações de trabalhadores, levou à crise do sindicalismo, que está assentada nas heranças do modelo corporativo, não sendo capaz de construir uma forte organização nos locais de trabalho, ao mesmo tempo em que provocou a pulverização da organização, resultando numa baixa capacidade de resistência e luta e numa grande dificuldade em se adequar às transformações no mundo do trabalho e da produção.

Por isso, segundo relatórios das Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT, em São Paulo, no ano 2000, o debate atual na CUT se dá em torno da necessidade de pensar novas formas de promover o desenvolvimento. Uma estratégia de ampliação de oportunidades de trabalho que passe por políticas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego. Mas que também passa pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e

distribuição de riqueza, com centralidade nas formas de desenvolvimento local, de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento solidário.

Na medida em que se processa uma transição para um modelo de desenvolvimento, deve-se ser repensar as estratégias de enfrentamento e de organização do movimento sindical. Um novo projeto político sindical vem se arquitetando sob novas formas de organização que enfrentem os novos instrumentos de exploração dos trabalhadores.

A recessão e a reestruturação produtiva e seus impactos no mercado de trabalho estão provocando fortes impactos na ação sindical, que o colocam numa condição de impasse. As negociações coletivas se descentralizam, aumentando as negociações por empresa. As formas de ação sindical mudam, pressionadas pela dinâmica negativa do mercado de trabalho. A diminuição das greves e das lutas de massa, como principal instrumento de luta, é um dos principais sintomas da crise do movimento sindical.

No plano organizativo, torna-se imperativo o trabalho com o setor informal e desempregado, que cada vez mais passa a responder por boa parte do mercado de trabalho real. Os sindicatos se constituem com base no trabalhador com carteira assinada e/ou do serviço público. Porém, ao diminuir suas bases tradicionais, o movimento sindical precisa de novas demandas e novas formas de inserção dos trabalhadores, a fim de acompanhar a dinâmica atual do trabalho desestruturado.

Para a CUT, a política sindical para a economia solidária está inserida numa agenda que articula a construção de organizações solidárias com os demais aspectos da agenda histórica do movimento sindical. Fundamentalmente, é necessário combinar o processo de resistência com a ação propositiva, ou seja, ao mesmo tempo em que as bases de um novo projeto vão sendo forjadas, são fundamentais o embate político contra as barreiras estruturais que impedem o avanço das lutas dos trabalhadores.

A expansão da economia solidária depende, então, de políticas que visem ao apoio direto, via formação, crédito, assessoria etc., com políticas que visem a superações de condicionantes econômicos, como as políticas macroeconômicas, os marcos legais e as políticas públicas.

Além disso, é fundamental a reorganização da agenda sindical para que os sindicatos estejam politicamente aptos a representar e organizar os trabalhadores desempregados e cooperados.

No sindicalismo cutista, a construção de experiências de economia solidária está sendo articulada a uma política mais sistemática de organização, mobilização e apoio aos desempregados com políticas que buscam implementar cooperativas de produção, bem como políticas de emprego, como a criação da Central de Trabalho e Renda, políticas de formação profissional e formulação de propostas de crescimento econômico e geração de emprego e renda.

A ADS foi criada com o objetivo de gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; democratizar o crédito através da criação de um Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; promover a educação permanente dos trabalhadores para a economia solidária; sistematizar e construir novos conhecimentos empíricos e teóricos no campo da economia solidária; organizar as redes de economia solidária e viabilizar a inserção dos empreendimentos econômicos solidários no mercado; formular propostas para a legislação e políticas públicas para a economia solidária; e difundir os princípios da economia solidária na sociedade. (ITCPES/2004).

A história da relação entre as cooperativas e o sindicalismo rural na região amazônica é mais longa. A partir de 1985, com as mudanças advindas da Nova República e da expansão econômica na região, iniciou-se uma transição do movimento sindical para um novo patamar de leitura do seu próprio papel. Nessa releitura, questões relacionadas às saídas econômicas para a categoria passaram a ter destaque nas ações dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Até então, poucos sindicatos na região tinham uma ação bem definida sobre as questões econômicas, mantendo ações sob a coordenação dos próprios sindicatos, ou paralelas, como grupos de revenda, transportes comunitários, cantinas, caixas agrícolas etc. O cooperativismo era visto como uma estrutura viciada e manipulada politicamente pelas elites locais. As poucas

associações ligadas aos sindicatos eram vistas como uma alternativa, mas sem grande impacto no conjunto do movimento.

No início dos anos 90, era comum em alguns estados o debate sobre a relação dos sindicatos com as poucas associações que começavam a animar a base sindical. Falava-se em “braços econômicos dos sindicatos”.

Foi com a conquista do financiamento para a agricultura familiar, repassado por associações e cooperativas, que o movimento sindical passou a incentivar esta forma de organização. Simultaneamente ao atrativo do crédito, em vários municípios, iniciativas das mais consistentes se fortaleciam em atividades, como agro-industrialização e comercialização.

Estima-se que atualmente, na órbita dos movimentos sindicais, existe, cerca de 2 mil associações e cooperativas, com cerca de 60 mil produtores familiares, na região amazônica.

Segundo Relatório da ITCPE (2004), o Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), representa em torno de 170 mil trabalhadores na região. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é o órgão máximo de representação das cooperativas no país. Foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. A entidade veio a substituir a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (UNASCO). A unificação foi uma decisão das próprias cooperativas.

Entre suas atribuições, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. É de sua responsabilidade também a preservação e o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas.

A OCEPA é uma entidade sem fins lucrativos, filiada a OCB, que é o órgão máximo de representação do cooperativismo paraense, e exerce funções de assessoria técnico-consultiva às cooperativas, governos e ONG's.

A OCEPA tem como objetivo a promoção do cooperativismo e o desenvolvimento contínuo das cooperativas paraenses, buscando consecução desses objetivos através da prestação de serviços às suas filiadas. As atividades da OCEPA abrangem todas as cooperativas, de quaisquer ramos. Por intermédio das suas Macro-Regiões, busca suprir carências e

necessidades para alcançar uma efetiva planificação e execução de suas ações, junto ao cooperativismo paraense.

Em aspecto geral, a OCEPA visa a ser reconhecida como agente propulsor, integrador e avalizador da qualidade e da eficácia do Cooperativismo Paraense (Lei 5764/71). No que tange a missão, enquanto agente do Cooperativismo Paraense, cabe à OCEPA: representar, defender, promover, integrar, monitorar as entidades do Cooperativismo com profissionalismo e postura empreendedora; articular relações, parcerias e alianças institucionais em âmbito estadual, nacional e internacional; contribuir com o desenvolvimento sustentável. Enfim, promover permanentemente a excelência do nosso Cooperativismo, proporcionalmente aos recursos financeiros provenientes dos pagamentos da contribuição Cooperativista (Art. 108 Lei 5764/71).

As macro-Regiões Uma das orientações do XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília, dezembro de 98, foram à criação de mecanismo para dar maior representatividade ao sistema Cooperativista Brasileiro.

### 3.4 A gênese do novo sindicalismo rural

O termo novo sindicalismo foi inicialmente cunhado para designar a passagem do tradicional sindicalismo de ofício para o *industrial union*, “na Inglaterra dos fins do século XIX. Hobsbawm (1989, p. 221) assim o define: quando aplicado ao seu período de origem, a década de 1880 e o início da década de 1890, o termo novo sindicalismo pode sugerir três idéias. [...] um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos em oposição àquelas já existentes no “antigo sindicalismo”; em segundo lugar, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos no contexto do movimento operário socialista e; em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não organizados ou não organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos segundo as linhas seguidas pelos inovadores. Conseqüentemente, também sugere um crescimento explosivo da organização sindical.

No caso brasileiro, a expressão “novo sindicalismo” também se aplica a situações similares àquelas assinaladas por Hobsbawm (Idem). Ela serviu para nomear o vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura; da emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados. As razões e as questões relacionadas a essa emergência e consolidação foram objeto de importantes trabalhos.

Para Antunes (1995), o surgimento do novo sindicalismo pode ser explicado pela constituição tardia de uma expropriação da mão-de-obra operária, cuja manifestação mais eloqüente aconteceu na região do ABC paulista, dando origem às greves ocorridas nos últimos anos da década de 1970, de onde seriam projetadas lideranças que mais tarde estariam à frente da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Numa linha diferente dos autores citados, Boito (1991) afirma a existência de características do “velho sindicalismo”. Em sua análise, a permanência da estrutura sindical corporativa e determinados traços da ação

sindical são indícios de que as velhas práticas e mecanismos de controle dos sindicatos pelo Estado continuaram presentes.

Nessas análises, a base empírica repousa predominantemente sobre o sindicalismo operário – a porção urbana da central sindical. Mas, não obstante essa importância, de fato, a força do viés operário do novo sindicalismo que então se instituía acabou por obscurecer – ao menos na literatura produzida pelas ciências sociais – a influência que a vertente rural dessa nova tradição viria a desempenhar.

Os trabalhos de Medeiros (1988; 1997) e Novaes (1987; 1991) preenchem parte importante dessa lacuna e tornam-se uma referência obrigatória ao estudo dos movimentos sociais rurais. Em Medeiros (1988) a história dos movimentos sociais do campo é destacada por várias etapas do conflito social agrário no Brasil e suas correspondências com a constituição de identidades específicas, em articulação com a evolução das formas de representação. A persistência do conflito agrário e suas diferentes formas de manifestação ao longo do tempo são o pano de fundo para o entendimento do sucessivo retorno de velhas bandeiras de luta, como a reforma agrária. Nessa dialética as organizações surgem e ressurgem como expressões do conflito e são portadoras de promessas de superação.

Novaes (1991) enfatiza o peso da vertente rural do novo sindicalismo, com ênfase para suas tensões em relação à estrutura sindical oficial capitaneada pela CONTAG, e, ainda, chama a atenção para a peculiaridade das formas de trabalho existentes nessa porção rural da CUT.

Na pista aberta por esses trabalhos, a abordagem aqui desenvolvida vê esta vertente do movimento sindical brasileiro situada entre constrangimentos derivados de duas ordens: a evolução na qualidade do conflito social agrário, de um lado, e os arranjos e tensões inerentes ao campo sindical, de outro.

A década de 1960 representou um ponto de virada na história da agricultura brasileira do século XX e engendrou um quadro de referências indispensável para a atuação dos movimentos sociais rurais. A emergência da chamada modernização conservadora e sua expressão regulativa sob o padrão corporativista, o que é observado por razoável bibliografia sobre o período e seus significados, importa aqui apenas lembrar que tal padrão se apoiou numa tríade que envolveu a mudança na base técnica e produtiva da

agricultura brasileira, com todo o processo de tecnificação e de articulação dos complexos agroindustriais; a arquitetura das classes sociais, com uma maior e intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro; e uma mudança relativa ao papel do Estado e das políticas públicas.

Essa tríade envolveu a revolução verde/caificação/corporativismo, que deu parâmetros para as novas formas de acumulação na agricultura brasileira e para as novas formas de dominação sobre as populações rurais, num padrão que viria a vigorar até meados da década de 1980 (SORJ, 1980). O Estado tornava-se assim, a um só tempo, repressor dos conflitos, indutor e regulador do processo de modernização.

Medeiros (1988) mostra que os conflitos continuavam a ocorrer. Entretanto, seu caráter marcadamente isolado não permitia fazer frente à dura repressão do período. Diante desse quadro, a CONTAG criou formas de conduzir a multiplicidade de conflitos no campo.

O projeto político-sindical que então se forjava já trazia algumas heranças do período anterior. A mais importante foi a defesa da reforma agrária como bandeira de luta unificadora das reivindicações do conjunto de segmentos subordinados do meio rural. Isso foi particularmente importante, pois permitiu também a CONTAG se firmar como porta-voz de uma bandeira de forte significação para os setores progressistas da sociedade brasileira.

A reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas passaram a ser as principais bandeiras do sindicalismo rural. Essas duas bandeiras traduziram a leitura que esse sindicalismo fazia do conflito agrário no período e unificaram pelas duas décadas seguintes as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Um segundo traço fundamental foi a constituição de um padrão de ação sindical marcado pela prudência e pelo respeito aos limites dados pela lei. De um lado, a legislação, por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, reconhecia o conflito social agrário e determinava formas de encaminhamento desses conflitos. De outro, essa mesma legislação instituía um limite bastante rígido para a ação sindical no encaminhamento desses conflitos, cuja transgressão ou questionamento resultava em dura repressão. No entanto iniciou-se uma tradição de encaminhamento dos problemas por meio de denúncia e da cobrança por providências para o cumprimento de direitos previstos em lei.



A prudência sindical e o legalismo foram duas faces desse padrão de ação sindical, o que possibilitou a CONTAG dar visibilidade e tratamento institucional aos conflitos e, principalmente, conseguir ampliar a malha organizativa no campo brasileiro (MEDEIROS, 1988). Por sua vez, o terceiro e o quarto traços fundamentais do sindicalismo pós-golpe – o autonomismo que a CONTAG passou a cultivar em relação a outras organizações e a ampla capilaridade que ela conseguiu atingir – deram-se de forma conjugada, e tiveram como contrapartida a formatação de um modelo organizativo altamente verticalizado e rígido (NOVAES, 1991).

O próprio aparato institucional de regulação da representação sindical determinava as condições para este desenho político-sindical da CONTAG e, por extensão, do sindicalismo rural pós-golpe: a unicidade sindical e a instituição do imposto sindical compulsório permitiram, a um só tempo, um impulso e uma limitação à constituição do sindicalismo rural brasileiro do período. A unicidade sindical instituiu a obrigatoriedade de representação do conjunto de segmentos do campo em um único sindicato, de base municipal. Esse sindicato único é que viria a deter o monopólio de representação dos agricultores e trabalhadores rurais.

Além do aspecto institucional, a concorrência com outras forças pela direção da organização e das lutas reforçava um discurso ainda mais corporativista, que servia também de proteção à disputa e à preservação de um sistema de lealdade inerente a regras internas de formação e reprodução de lideranças (RICCI, 1994).

Já a cobrança do imposto sindical instituiu um mecanismo permanente de sustentação, cujo caráter compulsório contribuiu decisivamente para certa acomodação de boa parcela dos sindicatos, que então se constituíam.

O FUNRURAL completou aquela tríade institucional ao permitir que as entidades de representação celebrassem convênios para a prestação de assistência médica e de saúde, contribuindo fortemente para a ampliação do número de sindicatos e, mais que isso, para moldar uma prática sindical que, em muitos casos, se resumia ao assistencialismo.

A luta por direitos e o que ela representou para tornar públicos os conflitos agrários e para a continuidade das lutas no pós-golpe; a visibilidade da luta pela reforma agrária; e a capilaridade da estrutura sindical de

representação dos trabalhadores rurais brasileiros foram ganhos que tiveram como contrapartida uma relativa domesticação da ação sindical e um fechamento de sua organização em relação a outras forças, temas e problemas do país, naquele período.

### 3.5 O Sindicalismo e a Construção do Trabalho Associativista

O movimento sindical rural no Pará vem construindo um projeto de desenvolvimento sustentável para a região assentado em dois grandes eixos: o primeiro diz respeito à formulação de políticas públicas; e o segundo, à difusão de experiências sustentáveis de organização da produção.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará – FETAGRI foi fundada em 30 de dezembro de 1968, com a participação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Castanhal, Curuçá, Capanema, Igarapé-Miri, Santa Isabel do Pará e São Domingos do Capim, conforme consta do processo MTPS – 104-711 de 1069, e reconhecida em 28 de janeiro de 1969, tendo sua primeira diretoria sido eleita, sendo empossada em 01 de abril de 1969.

Para a FETAGRI, a geração de trabalho e renda na agricultura familiar é um processo que faz parte do desenvolvimento. No entanto, o Estado do Pará e na Amazônia provocaram projetos de desenvolvimento vários prejuízos ambientais e sociais. Para promover o desenvolvimento sustentável, um novo modelo deve ter como base a produção familiar. Do ponto de vista ambiental, é o tipo da produção que melhor se adapta às condições naturais da região, através do uso de tecnologias adequadas.

Do ponto de vista econômico, é também o tipo de produção que apresenta os melhores rendimentos e do ponto de vista da geração de trabalho e renda, é o setor que mais oferece oportunidades. A produção familiar oferece sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área. Agricultura familiar patronal oferece postos para cada 60 hectares, enquanto que a produção familiar oferece um posto de trabalho para cada 9 hectares. (FAVARETO, 2005).

É, portanto, a promoção da produção familiar o principal mecanismo de geração de trabalho e renda. Para o fortalecimento da produção familiar, é fundamental que os governos adotem políticas de crédito, assistência técnica, de pesquisa, de comercialização e abastecimento, de investimento em infraestrutura e de capacitação. Além disso, é muito difícil ampliar o potencial da produção familiar com as condições econômicas atuais.

É condição primordial a redução das taxas de juros, a revisão da abertura comercial e a ampliação de recursos públicos para investimentos. Mas

as próprias organizações da sociedade civil podem desenvolver processos para o fortalecimento da produção familiar através de diversos mecanismos de geração de emprego e renda, como as cooperativas, associações de produtores e empresas auto-gestionárias, etc. Que sempre fizeram parte das propostas da FETAGRI quer do ponto de vista da geração de emprego e renda para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares quer do ponto de vista da qualificação para o entendimento das políticas públicas, no sentido de estar nelas interferindo nestas políticas enquanto ator social através de mecanismo participativo como mostrado no fluxograma abaixo do curso de Capacitação de Conselheiro aonde a participação dos diversos atores vão desde a concepção do projeto, passando por oficinas de nivelamento, audiências públicas, formação de multiplicadores até o momento em que a própria comunidade assume a continuidade do projeto por conta própria, que denominamos de empoderamento social.

As lutas conduzidas pelo movimento sindical têm provocado um forte processo de valorização da agricultura familiar, com resultados concretos em relação à criação de políticas públicas voltadas especificamente para o setor, como o PRONAF<sup>9</sup>, o FNO<sup>10</sup> especial, o PRODEX<sup>11</sup>, entre outros.

O movimento sindical está ainda em constante debate para a formulação e negociação de políticas que venham a eliminar os principais entraves estruturais da produção familiar rural na Amazônia, com propostas de mudança, principalmente, nas políticas de pesquisa agropecuária e extrativista, nas políticas públicas de comercialização, na assistência técnica, na infraestrutura, na educação etc.

---

<sup>9</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como objetivo financiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

<sup>10</sup> Fundo Constitucional de Financiamento. A Constituição Federal de 1988 destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ao destinar parte da arrecadação tributária para as Regiões mais carentes, a União propiciou a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social daquelas Regiões, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos.

<sup>11</sup> Programa de apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo, que tem como o objetivo facilitar o acesso dos extrativistas aos recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

O outro eixo de ação do movimento sindical para a construção do projeto de desenvolvimento rural sustentável está fortemente alicerçado em experiências que se multiplicam em toda a região.

No Pará, destacam-se as experiências de beneficiamento da produção, a formação técnico-profissional, os mutirões, as associações de mulheres para a produção de artesanato, a industrialização de polpas, com pesquisas de novas tecnologias, e as colônias de pescadores, com a industrialização de pescados. No estado do Amazonas, destacam-se projetos para a preservação de lagos, reflorestamento e implantação de sistemas agroflorestais de mesma linha, bem como vários outros projetos.

Para viabilizar a abertura de mercado aos produtos das organizações de produtores rurais, os intercâmbios entre estes e os produtores urbanos têm sido essencialmente para divulgar, promover e comercializar os produtos, viabilizar espaços para a realização de negócios, divulgar experiências, pesquisas e incentivos existentes.

O movimento sindical organiza, anualmente, em Belém, a FEPAM (Feira da Produção Familiar da Amazônia), que tem proporcionado um grande impacto no mercado. Com isso, os sindicatos dos trabalhadores rurais tendem a ganhar força, a partir das novas políticas que vêm beneficiando a zona rural.

As formas de organização da classe trabalhadora (como os sindicatos), por exemplo, depende bastante do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis, sendo peculiarmente difícil ter acesso aos sistemas de trabalho familiares e domésticos.

No que diz respeito a sua base social, Favareto (2005) destaca que o novo sindicalismo rural abrangia uma diversidade de situações de trabalho no campo – da agricultura de base familiar, com alguma inserção no mercado e nas políticas públicas, a situações de convivência direta com a violência física e a privação de bens e equipamentos sociais dos mais básicos – e um conjunto de situações que geograficamente cobria boa parte do país, dando-lhe um porte nacional. Mas é preciso notar, entretanto, que esse conjunto de regiões e de categorias acabou não tendo o mesmo peso na formulação das linhas políticas desse novo sindicalismo e na composição dos seus cargos de direção.

Quando visto sob esse aspecto, pode-se afirmar que o projeto político do sindicalismo rural teve por base privilegiada os agricultores familiares do eixo

noroeste rio grandense/oeste catarinense/sudoeste do Paraná, e os produtores de base familiar da Amazônia, em particular do Pará – num primeiro momento, aqueles próximos da Transamazônica.

Essas duas regiões viriam a ocupar os principais postos de direção até os anos de 1990. Participaram ainda, em posição de destaque, porém secundariamente, os agricultores do Nordeste. Ali, também os agricultores eram de base familiar e, sobretudo, originários do sertão. Da mesma forma, os agricultores de São Paulo, Centro-Oeste, e outros estados ou regiões, em sua maioria assalariados ou posseiros, estiveram presentes. Mas sua participação nunca se deu nas proporções e no mesmo grau de influência dos grupos anteriores. Essa conformação da base social determinou fortemente a constituição da agenda e das bandeiras de luta no período.

Quanto ao projeto político, portanto, desde o início, a diversidade de situações encontradas na base social do novo sindicalismo no campo apontava para uma potencial dispersão de temas e frentes de luta. Mas a conjuntura do período, que trouxe em seu desenrolar um enfraquecimento progressivo da ditadura e uma ascensão da crítica social e das forças dela portadoras, propiciou as condições para que essa diversidade fosse amalgamada em uma agenda e em bandeiras de luta unificadoras que, a um só tempo, faziam sentido para quem vivia e experimentava os conflitos, e traduziam as reivindicações básicas daquele conjunto de segmentos. O fim da ditadura empunha-se como uma bandeira fundamental e unificadora.

Favareto (2005) afirma que o Estado ditatorial era identificado como opressor e, ao mesmo tempo, como indutor da modernização que causara a exclusão. Reforma agrária, direitos trabalhistas e fim da violência no campo eram, assim, as reivindicações básicas e traziam para o mesmo campo de oposições o latifúndio, o patronato e os agentes da violência, como as empresas colonizadoras.

Por fim, a crítica à estrutura sindical oficial, vista como instrumento de restrição e manipulação dos trabalhadores, completava o conjunto de temas fundamentais e bandeiras que guiaram a constituição e a consolidação do novo sindicalismo rural. Essas bandeiras e esse campo de oposições deram também a substância para a junção dessa porção rural do novo sindicalismo às demais correntes que viriam a compor e criar a CUT.

Oposição ao Estado e ao patronato, crítica à estrutura sindical e a perspectiva de uma sociedade de inspiração socialista eram elementos comuns às demais correntes então presentes no sindicalismo urbano. Some-se a esses elementos a perspectiva de forte crítica social e de privilégio da mobilização como forma de encaminhamento dos conflitos, e têm-se aí os principais referenciais do projeto político do novo sindicalismo.

Em relação ao modelo organizativo, desde seu início, essa vertente sindical teve que operar com uma contradição fundamental: constituir-se em oposição e crítica a uma tradição e a um modelo organizativo rígido e restritivo, mas reconhecendo-o como legítimo e importante e assumindo-o como instrumento privilegiado. Mas há ainda uma segunda contradição marcante no modelo organizativo que então se constituía: a presença majoritária de agricultores autônomos, de base familiar, nas ações e na direção do novo sindicalismo.

A contradição não está na presença, em si, desse tipo de trabalho no interior da central sindical, como tanto se discutiu nos anos de 1980, mas na presença dessa forma social de trabalho em uma estrutura de representação absolutamente rígida e com pretensão de representar um conjunto de categorias em crescente especialização.

Quando essas características se somam à análise das trajetórias de vida das principais lideranças sindicais do período (FAVARETO, 2001), algo que não pode ser reproduzido, é que essa vertente sindical se constituiu como resultado de um conjunto de práticas sociais estabelecidas desde a primeira metade da década de 1970, desencadeadas por um bloqueio às possibilidades de reprodução dos produtores familiares, e que se desdobraram em um projeto político-sindical partilhado por um movimento mais amplo que culminaria na criação da central, em 1983.

### **3.6 O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Moju em busca do Desenvolvimento Local Sustentável**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju foi fundado no dia 8 de maio de 1971. Teve como objetivo inicial servir de manobra política e cabide de empregos dos administradores da época, tendo como apêndice e chamariz o assistencialismo e o atendimento de consultas médicas e odontológicas aos trabalhadores (as). Isso tudo estava relacionado à política brasileira de repressão, as primeiras lideranças de trabalhadores em Moju, segundo Manoel Libório. Apesar de tudo, existiam trabalhos sociais significativos.

Socialmente, o STR exerceu um papel de grande relevância para os trabalhadores rurais. Desde 1976, muitos trabalhadores foram beneficiados, com as atividades desenvolvidas pela entidade. Nesse período de 1976, o governo federal criou, para funcionar sob responsabilidade do sindicato, o Fundo Rural (FUNRURAL). Este objetiva fazer uma triagem nos trabalhadores rurais que requeriam o benefício previdenciário (INSS).

Nos anos 80, aconteceu no município de Cametá um grande encontro dos lavradores (as), para o qual todas as lideranças da Região Tocantins Foram convidadas.

Os trabalhadores (as) de Moju foram mobilizados pelas CEBS, e entre os participantes estavam os companheiros Virgílio Serrão Sacramento, Manoel Libório, Francisco José Gomes, entre outros. O representante das CBES que acompanhou a delegação foi o Padre Sergio Toneto.

O ponto alto do encontro foi a estratégia para a inclusão dos trabalhadores (as) rurais, no processo de organização social e a conquista de seus sindicatos e federação. No retorno da delegação, foi deliberado que os companheiros Manoel Libório e Virgílio Serrão assumiriam a coordenação da organização e a conscientização das bases, visando a participar do processo eletivo da direção do STRM, que como meta fundaram as primeiras delegacias sindicais.

Em Setembro de 1980, no Congresso Estadual dos Agricultores, que aconteceu em Belém, no Salão Paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o Município de Moju, com sua composição sindical, participou com uma delegação de 20 pessoas, sendo que as diretrizes aprovadas no



Congresso reafirmavam as deliberações do encontro do Baixo Tocantins e incluíam como prioridade a conquista da Federação dos Trabalhadores Rurais, a FETAGRI.

No retorno, a delegação, fortificada, intensificou a organização e as lutas pela conquista do Sindicato, que tinha eleição marcada para o mês de agosto de 1982. Com todos os trabalhadores mobilizados e uma chapa discutida na base, encabeçada por Virgílio Serrão, tendo como componentes Aldenor, como vice, e Rosalina, como secretaria geral. Como estratégia da chapa, foi constituído um grupo de pessoas com a missão de saber quando o edital seria baixado.

Em março de 1983, o grupo de oposição sindical, liderado por Virgílio, após muitas dificuldades, conseguiu se eleger para a direção do STR de Moju. Durante os anos seguintes, muitos conflitos se deram no município. Alguns deles com embates muito fortes, como o que aconteceu no dia 7 de setembro de 1984, quando 44 lavradores das comunidades do Curuperé e Ipitanga, a 30 quilômetros da cidade, mataram o vereador Edmilson Soares, que tentava invadir as terras desses lavradores.

Enquanto presidente do STR, Virgílio fez de tudo para que a situação pudesse ser resolvida pelas vias legais. Fez vários contatos com representantes do Estado, até com o governador e com ministros. Mas eles foram omissos. Ainda em 1984, o sindicalista foi preso por defender um grupo de trabalhadores de uma comunidade. Na audiência com o promotor público, Virgílio argumentou que estava atuando em defesa dos trabalhadores. Mas o promotor mandou prendê-lo por “desacato à autoridade”. Esta não foi a primeira prisão injusta que Virgílio sofria. No início dos anos 80, ele foi detido por defender a posse da terra de um vizinho que corria o risco de perdê-la para um grileiro.

Os membros da diretoria do STR, na época, sabedores da organização dos trabalhadores, usaram de uma manobra para impedir o registro da chapa da oposição. Houve a comunicação da Delegacia Regional do Trabalho e a Federação dos Trabalhadores que por ter o mesmo comportamento político orientou os diretores a pregarem o edital atrás da porta principal do Sindicato.

O movimento, curioso pela demora, foi procurar a DRT e lá confirmou-se que já havia sido baixado o edital. O fato é que em decorrência da demora para

descobrir a manobra, a oposição acabou perdendo o prazo de registro de chapa. Porém, em discussão com a comunidade que apoiava o movimento, foi analisado que a estratégia era trabalhar o processo de quitação, com o objetivo de aumentar o quorum. Dessa forma, a oposição acabou vencendo, derrotando a situação por falta de quorum.

Diante desse fato, com a direção do sindicato em vacância, a Federação dos Trabalhadores Rurais, em mais um ato autoritário, nomeou uma junta governativa composta pelos antigos diretores, com o objetivo de convocar um novo processo eleitoral, no prazo de 90 dias. Desta vez, o processo ocorreu de forma legal e dentro do prazo.

Neste novo processo eleitoral, foram registradas 4 chapas: uma de oposição, com a mesma composição, e as três outras surgidas da divisão da situação, como estratégia de fracionar votos. A nova eleição foi convocada para março de 2003. A estratégia adotada pela situação consistia em dificultar o processo de votos.

Os trabalhadores, conscientes das possíveis dificuldades, estavam preparado. Utilizaram como estratégia chegar cedo e não sair da fila. A estratégia funcionou. De propósito, só havia uma urna e as fichas não obedeciam às ordens alfabéticas. Com isso, a eleição se estendeu até as 2:00h da manhã do dia seguinte e só foi divulgado o resultado final às 4:00h da madrugada, com um resultado inédito. As três chapas obtiveram na ordem 35, 23 e 32 votos, totalizando 90 votos, enquanto a oposição obteve 224votos.

Com isso, foi conquistado pelos trabalhadores (as) o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, e a nova diretoria foi empossada imediatamente. Os participantes comemoraram esta conquista. As bandeiras de luta da chapa eram: a organização dos trabalhadores em Delegacias Sindicais; a luta pela posse da terra; e, a participação dos trabalhadores na organização das estruturas políticas, classistas e sociais, entre ela a constituição da Central Única dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores, sendo que no ano de 1981, Manoel Libório Participou da Chapa de oposição na FETAGRI, nesta eleição a oposição teve apenas 7 votos. Como se percebe na entrevista, a oposição sindical foi um movimento que algumas lideranças sindicais organizaram para direcionar novos rumos para o movimento sindical em Moju

Este processo de conquista da Federação só se concretizou no ano de 1987, com a eleição da chapa encabeçada por Zelito, tendo Manoel Libório como tesoureiro. De 1983 a 1986, foram fundadas 60 delegacias sindicais, e tendo como estratégia a participação no processo político partidário, disputando o mandato na Câmara Municipal da eleição de 1988, sendo que, em 1986, houve novo processo eleitoral no sindicato, e neste a chapa de oposição foi eleita de forma hegemônica, tendo como principal representante o Sr. Raimundo Avelino.

Durante o mandato do Sr. Raimundo Avelino, houve a estagnação da organização dos trabalhadores. Uma desarticulação entre as principais lideranças e as delegacias sindicais ficou à deriva e não tinham mais arrecadação de verbas.

Em 1992, pelo mesmo processo de chapa única foi eleito o Sr. Armando Alves. Este mandato foi pautado em vários incidentes administrativos, chegando a ter várias assembléias para propor o afastamento da diretoria. O fato positivo foi o convênio para descontos dos aposentados. E ao término deste mandato, após ser convocado o Congresso, o mesmo não se realizou porque o grupo da diretoria não permitia que o grupo liderado pelo Sr. Manoel Libório participasse do processo congressual. Então por entendimento de ambos, o mandato da diretoria foi prorrogado por mais um ano.

Devido à falta de entendimento das principais lideranças, ao final da prorrogação, foi convocada uma assembléia geral para avaliar todo o processo e encaminhar o Congresso dos Trabalhadores Rurais.

A assembléia geral optou por eleger uma comissão provisória com mandato tampão de um ano, sendo de 1997 a 1998, quando seria convocado o congresso. A comissão foi constituída pelos senhores Manoel Edmundo (Deca), Mario Santos e Izidoro Lima (Vitor). Essa comissão teve como principal tarefa acabar com os embates internos, convocando e realizando o Congresso que elegeu a nova diretoria.

Em 1988, pelo processo de voto, estiveram inscritas duas chapas, uma encabeçada pelo Sr. Mario Santos e outra pelo Sr. Aldenor. A chapa vencedora foi a do Sr. Mario Santos, sendo que em seguida o Sr. Aldenor, se sentindo prejudicado recorreu à justiça, tentando anular o processo eleitoral, o que se consumou no último ano de mandato.

Foi convocada uma assembléia geral extraordinária para deliberar o assunto. Esta, por sua vez, foi tumultuada porque o Sr. Aldenor apresentou novamente chapa para a comissão, que foi derrotada pelo Sr. Mario Santos, e essa comissão teve como principal objetivo concluir o mandato e convocar novo congresso. Há de se deixar registrado, no que diz respeito à organização, que não houve avanços, mas investimentos no prédio, com a construção do muro, a instalação de uma linha telefônica e a aprovação do projeto de uma ONG, que adquiriu uma lancha.

Em 2001, o congresso teve o registro de duas chapas: uma encabeçada novamente pelo Sr. Mario Santos e a outra encabeçada por Armando Alves, sendo que Mário Santos foi eleito novamente, tendo como tesoureiro a Sra. Antonia de Jesus. Neste mandato, houve alguns fatos interessantes, como o rompimento do presidente com o grupo de apoio; a falta de articulação dos membros da diretoria, o que provocou o mau uso do caminhão, dando muitos prejuízos e foi-se deteriorando, sendo finalmente encostado por falta de manutenção; enquanto isso, a lancha ainda estava em ótimo estado de conservação.

No processo de organização, não houve avanços. Houve apenas a confecção de portas e grades para a manutenção e segurança do prédio. Ao final deste mandato, chegou ao município o projeto GESPLAN, que tinha como objetivo institucionalizar e fortalecer as organizações de trabalho. Apesar de insistentemente, os técnicos do GESPLAN provocarem o sindicato e sua diretoria, esta não conseguiu se integrar às propostas e não teve os avanços esperados. Outro fato marcante foi que este mandato acabou totalmente desarticulado, melancólico e não apresentou a prestação de contas para a assembléia geral.

Em 2004, o congresso apresentou apenas uma chapa, encabeçada por Manoel Libório. O fato é que o Libório, apesar de sua grande participação em todo o processo organizativo do sindicato, desde sua conquista, até então não aceitava participar das disputas políticas do STR como presidente, e sua participação vem no sentido da unidade das bases e das lideranças políticas do STR. O congresso foi coroado de êxito, em grande parte, devido às articulações da grande liderança popular de Libório. A chapa eleita teve como executivos Manoel Libório, como vice Nadia do Socorro de Souza, como

Secretário Mario de Souza Santos e Tesoureiro Izidoro Lima (Vitor). Os primeiros atos tomados pela nova diretoria foram:

- ❖ Levantamento patrimonial;
- ❖ Planejamento;
- ❖ Liberação de seis diretores;
- ❖ Assembléia extraordinária para definir o que fazer com o caminhão;
- ❖ Regularização da situação do Sindicato junto ao Banco do Brasil;
- ❖ Resolução das pendências dos débitos do Sindicato;
- ❖ Regularização patrimonial do prédio e do terreno do sindicato.

Sobre o Levantamento Patrimonial e Funcional, ao assumir a presidência, Libório e os demais diretores se depararam com uma triste realidade: o prédio estava em completo abandono, com portas e janelas caindo aos pedaços; do caminhão restava apenas uma sucata no fundo do quintal do Sindicato. Vale ressaltar que, no caso do prédio, havia apenas três salas pequenas, mal-iluminadas e sem condições dignas para atender os trabalhadores. Outro fato interessante era de que não existia arquivo, e por esse motivo, os principais documentos do Sindicato ao longo do processo foram destruídos, como o livro de inventário, a carta sindical e o documento do patrimônio, que se encontravam nas mãos do ex-presidente Aldenor dos Reis, a mais de 12 anos.

Foi convocada uma reunião de planejamento, em que as principais tarefas foram discutidas e encaminhadas entre elas: a venda do caminhão, que foi negociado pelo valor de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), sendo que este em grande parte foi aplicado na construção dos anexos do prédio, tais como: cinco salas, onde atuam os diretores; uma sala de reunião; dois banheiros com forro e infra-estrutura de iluminação; instalação de ventiladores nas salas e piso de lajota.

Segundo entrevista com Manoel Libório, foi-nos informado que também houve parcerias: com a GESPAN, na qual foi aprovada a doação de um fone fax, um estoque de material de expediente e cursos de capacitação para os agricultores; com a UFPA que, através da UNITRABALHO/PITCPES, desenvolve cursos de capacitação nos assentamentos; com Empresa Brasileira de Pesquisas Agrárias (EMBRAPA), que discute as melhorias no setor

produtivo; com Agrotécnica de Castanhal, que autoriza o STR a inscrever candidatos ao curso técnico de agricultura; o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que regulariza as áreas de assentamento rural e várzeas; a Secretaria Estadual de Agricultura, que através da parceria construiu a casa de farinha e a produção dos quilombolas, realizando também seminários sobre produção de dendê da agricultura familiar; com a Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar, que auxilia na organização e comercialização dos produtos da agricultura familiar; com a EMATER e a SEMAGRI, nas estratégias das políticas públicas para o desenvolvimento da produção agrícola de Moju; com o Centro Educacional Técnico do Pará, na formação superior dos professores dos assentamentos; com a secretaria municipal de ampliação dos debates a respeito da educação no campo, como a educação infantil, a fundamental e a média, no sentido de que o filho dos trabalhadores rurais tenha a mesma educação que a dos urbanos; com o PDJUS, no sentido de garantir o ressarcimento ao município Moju e os trabalhadores rurais, por parte da Eletronorte, pelos impactos ambientais e sociais causados pela barragem Hidrelétrica de Tucuruí e os linhões que passam no Município.

Com relação ao INSS, foi uma surpresa para a nova diretoria, pois esta constatou que um funcionário contratado pela gestão anterior não havia assinado sua carteira e não recolheu os encargos sociais, gerando dessa forma um grande prejuízo para o sindicato, que teve de recolher o FGTS e indenizar o funcionário. Ainda hoje, o INSS esta sendo pago em parcelas.

Quanto à organização dos trabalhadores e suas bases na questão das políticas públicas, o Sindicato atua nos conselhos de saúde e de agricultura, tendo inclusive eleito o Presidente do Conselho.

A conquista da aposentadoria no valor de um salário mínimo na assembléia constituinte em Brasília, no ano de 1988, para todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a mulher aos 55 anos de idade e o homem aos sessenta anos; o auxílio doença; o auxílio maternidade; o PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; e muitas outras conquistas que as lideranças sindicais conseguiram através da mobilização dos trabalhadores, além de encamparem a idéia de articular os trabalhadores rurais para o fomento de cooperativas ou associações de produção e de crédito.

O STR de Moju, mesmo sem uma estrutura que correspondesse às expectativas dos trabalhadores e lideranças, conseguiu avançar em questões importantes para a categoria. Foram desenvolvidas ações relacionadas à previdência social, nas quais o Sindicato conquistou inúmeras vitórias para os trabalhadores rurais que tiveram problemas para se aposentarem e a interferência do sindicato conseguiu provar que muitos trabalhadores que estavam sendo vítimas de injustiça, fossem aposentados. Politicamente, desde a fundação do STR em Moju, muitas lideranças contribuíram para o fortalecimento da categoria. O sindicato, no decorrer de sua existência, em vários momentos participou ativamente das atividades políticas do município, dando sua contribuição na formação política dos trabalhadores rurais.

As lideranças sindicais que estiveram na direção do STR de Moju contribuíram para o crescimento político ideológico da categoria, mas enfrentou durante muito tempo um embate com a elite local.

Vale ressaltar, também, que quando a atual diretoria assumiu a direção existiam apenas 73 delegacias sindicais, sendo que 18 delas não estavam funcionando e nem era feito o controle da existência das mesmas, tanto que no último congresso apenas 10 delegacias compareceram. Porém, atualmente estão funcionando 94 delegacias sendo que sete delas apresentam problemas organizativos. Isso tudo foi feito em apenas dois anos de mandato da nova direção. Essas 21 novas delegacias proporcionam aos trabalhadores (as), e a seus familiares, a presença significativa no Sindicato em suas lutas.

## Considerações finais

Procurou-se entender as novas formas de organizações dos trabalhadores rurais, surgidas na década de 80, com o processo de democratização da sociedade e o deslocamento das reivindicações estritamente políticas para as formas de organização do trabalho coletivo, cujo resultado expressa a força deste segmento social na garantia de constituição de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores do meio rural. Como objeto de estudo, tem-se o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Moju, que vem apresentando características peculiares no processo de organização e articulação sócio-produtiva do município. Bem como contextualizar a relação do tema da sócio-economia solidária na sua articulação com as mutações no mundo do trabalho e, principalmente, com as dimensões ligadas aos espaços político, econômico, social, ambiental e cultural local.

A partir de um recorte que valoriza as dimensões cooperativas e solidárias na elaboração de alternativas geradoras de trabalho e renda, procuramos apresentar o esboço de um projeto que visa a apoiar, fomentar e fortalecer a construção no tecido sócio-produtivo de um setor de sócio-economia solidária, como base para uma estratégia que busca fortalecer um novo tipo de desenvolvimento humano e sustentável.

A questão da expansão do capitalismo, sem dúvida, atinge todos os movimentos sociais. Nesse sentido, é preciso reconhecer a importância de todas as atividades laborais defendidas pelo sindicato, mas a atividade desenvolvida na agricultura familiar é, sem dúvida, uma das atividades que mais chama a atenção da sociedade. Essa atividade é responsável pela produção de alimentos para o consumo interno e a agricultura de grande porte. É certo que os produtos de origem familiar, quase que em sua totalidade, se destina ao consumo interno.

Podemos concluir que o STR de Moju está quotidianamente presente no município, ajudando a construir a identidade do sindicato local. Muitos problemas são enfrentados. Dentre eles, destacam-se as adversidades apresentadas de ordem pessoal, como as disputas internas entre as lideranças, e a grande complexidade política e social do STR.



Assim, estudar o sindicalismo é, sem dúvida, um meio de buscar alternativas para uma melhor qualidade de vida da classe trabalhadora. Sabemos que outros estudos devem ser feitos, detalhando as lacunas aqui deixadas e, assim, colaborar não só para a construção de um referencial teórico, mas também produzindo resultados que contribuam para a organização da categoria estudada.

Visto que, a sociedade como um todo, demanda qualidade de vida. A experiência dos últimos 200 anos, ou seja, do capitalismo como modo de produção e organização da sociedade, demonstra que o desenvolvimento competitivo gera perda de qualidade nas condições de vida de todos, e do planeta. Se esta conclusão podia ser contestada já na realidade de 50 anos atrás, hoje isso não é mais possível, pois as degradações sociais e ambientais já se tornaram uma realidade econômica e social presente e imediata, e não uma ameaça do futuro.

O que pude perceber é que o movimento sindical rural na Amazônia vem construindo um projeto de desenvolvimento sustentável para a região assentado em dois grandes eixos: a formulação de políticas públicas e a difusão de experiências sustentáveis de organização da produção.

Na medida em que se processa a transição para um modelo de desenvolvimento, devem ser repensadas as estratégias de enfrentamento e de organização do movimento sindical. Em que consiste os instrumentos de exploração dos trabalhadores neste novo modelo, bem como as possibilidades alternativas de organização dos trabalhadores e de construção de propostas de um modelo alternativo, é o debate central colocado para o movimento sindical na atualidade.

Diante de tudo, percebemos que os problemas de degradação social e ambiental, os conflitos pela posse da terra e a pobreza no meio rural ainda são freqüentes. Em relação aos trabalhadores da agricultura familiar, a problemática é complexa, com destaque para a falta de oportunidades de desenvolver os potenciais existentes. Isto decorre da falta de acesso a condições gerais, como: estradas, vicinais em boa qualidade, energia elétrica, escola, postos de saúde etc.

E o Sindicato é hoje um espaço para integrar produtores a redes de cooperação intra-movimentos sociais e tem sido chave para fazer circular informações e, conseqüentemente, deslanchar processo de abertura de reivindicações e negociações de políticas públicas. Os movimentos sociais como os sujeitos concretos de mudanças buscaram novas práticas sociais para a produção e o desenvolvimento sob a necessária conservação da biodiversidade e da floresta. A luta e o experimento corporificam novas alternativas de desenvolvimento, fazendo emergir a propulsão da vida sob as dinâmicas próprias de produção que mostram as particularidades das microrregiões e mesorregionais da Amazônia.

Trabalhar em cooperação torna-se vital para a instauração de novas práticas sócio-econômicas e político-culturais, incorporando simultaneamente os territórios produtivos na unidade entre economia e sociedade. A agroindústria associativista surge neste espaço como uma estratégia de desenvolvimento com inclusão, haja vista inaugurar a cidadania produtiva que articula a um só tempo produção de coisa e produção da vida.

Sendo que a mobilização dos territórios produtivos aparece sob a dinâmica dos sujeitos que constituem a própria vida de modo tão diverso quanto possível. Neste âmbito as políticas públicas precisam operar estratégias que potencializem o desenvolvimento regional sob as práticas já existentes. O acesso à infra-estrutura e serviços coletivos é essencial na relação entre indivíduo-sociedade, princípio básico para a democracia produtiva, forjada no cadinho das lutas de resistência da pequena produção de base familiar e seus atores locais que não se deixam reduzir à condição de desempregados nos centros urbanos. No entanto, hoje o acesso a infra-estruturas e serviços de qualidade torna-se uma exigência para a criação de uma sinergia favorável à sua manutenção nas fronteiras do mundo globalizado.

Para isso, os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais são a condição primeira para a disseminação de transferência de tecnologia social, na perspectiva de transformação das políticas sociais, econômicas, culturais e ambientais objetivando o desenvolvimento de baixo para cima, a partir da base da sociedade e com foco na sustentabilidade. Isto significa mudanças de posturas institucionais e pessoais, participação popular e principalmente

construir ações efetivas de políticas públicas de universalização de direitos, pois se entende que oportunizar o acesso de todos aos bens de uso comum é essencial para uma vida digna e só será possível com cidadania e democratização, o que pressupõe além da igualdade política e de participação, a igualdade socioeconômica básica por meio de implementação do usufruto dos bens produzidos coletivamente pelo conjunto da sociedade. Bem como, da organização popular a partir de uma cidadania ativa que não significa a substituição do Estado, de suas obrigações, mas concretização da cidadania como condição de participação na vida política, como possibilidade da ação coletiva e de solidariedade, na construção de capacidade de indignar-se, encantar-se, apaixonar-se, admirar-se diante de expressões e ações que afirmem a vida como motor do desenvolvimento da sociedade.

## 5- BIBLIOGRAFIAS REFERENCIADAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Trabalho apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre, 2000.

ACSELRAD, H. Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e relações. In: Cadernos de Debate, Brasil sustentável e Democrático, Rio de Janeiro: FASE, 1999.

\_\_\_\_\_. & Leroy, J-P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. In: Cadernos de Debate, Brasil sustentável e Democrático, Rio de Janeiro, FASE.", 1999.

ALVES, g. Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 1999.

\_\_\_\_\_. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas, Cortez/Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. O novo sindicalismo no Brasil. 2 ed. Campinas, Pontes. BIHR, Alain, Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Precarização. IN: A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo. Cortez, 2002.

BARBIER, E. B. *The Concept of Sustainable Economic Development*. In: Environmental Conservation, 1987.

BARBOSA *at al*, Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos da Economia Solidária: mobilização, formação e incubação de empreendimentos solidários Belém. UFPA: Belém, 2006. (Relatório de pesquisa)

\_\_\_\_\_. Programa de Extensão Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários. UFPA. Belém, 2005. (Relatório Técnico-Científico)

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, 2004.

BOITO, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: O sindicalismo brasileiro dos anos oitenta, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

CEDI. Sindicalismo no campo: avaliação, perspectivas e desafios – entrevistas. Cadernos do CEDI, 20, Rio de Janeiro. 1991

\_\_\_\_\_. Sindicalismo no campo: avaliação, perspectivas e desafios – balanços e controvérsias. Cadernos do CEDI, 21, Rio de Janeiro, 1991.

CAMARGO, C. F. Família e religião na sociedade rural em mudanças. In: COCCO, Giuseppe e GALVAO, Alexander Patez. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In os distritos industriais italianos e os desafios da tropicalização, SEBRAE/IETS/EPPGLABTeC, junho 2002.

CARVALHO, Horácio Martins. Ambigüidades e limites da participação social na gestão das políticas públicas compensatórias. Curitiba, mimeo, junho, 2000.

CARVALHO, Desenvolvimento sustentável: da economia à política. In: Dívida externa, desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro, IBASE, 2002.

CASTELLS, M. O “Verdejar” do ser: O movimento ambientalista. O Poder da Identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol II, 1999.

\_\_\_\_\_. A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CESE. Sindicalismo rural. Consultas sindicais 1989/1990/1994, Salvador, 1994.

CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital, São Paulo, Xamã, 1996.

COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexander Patez. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: Os distritos industriais italianos e os desafios da tropicalização, SEBRAE/IETS/EPPGLABTeC, junho 2002.

\_\_\_\_\_ *at all*. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. 2. ed. Rio de Janeiro: DPA&A, 2002.

COLETTI, Claudinei. A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

CORBRIDGE, S. *Capitalist World Development*. London: Macmillan, 1986.

COTA, R. G. *The Political Economy of Timber Resources n Pará, Amazônia, Brazil*. (Tese de Doutorado) Syracuse, Syracuse University, 1991.

CUT. Resoluções do 7º congresso nacional da CUT. São Paulo. 2000.

CUT. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo. 1999.

CUT/CONTAG, "Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil". São Paulo/Brasília, CUT/Contag. 1998.

\_\_\_\_\_. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável". Versão resumida do relatório final do Projeto URF/BRA/036. Série Experiências", n. 1 a 15. São Paulo/Brasília, CUT/Contag. FAO/INCRA, Brasília/DF, 1998.

DICKINSON, D. *The Politics o Alternative Technology*. London, Universe, 1974.

FAVARETO, Arilson & BITTENCOURT, Gerson Luis. Agricultura e sindicalismo nos anos noventa: notas para um balanço. In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 2 ed. Passo Fundo, Editora da UPF. 2000.

\_\_\_\_\_ & DEMARCO, Diogo, Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: entre o capital social e o bloqueio institucional. In: Sérgio Schneider et all. (orgs.), Políticas públicas e participação social no Brasil rural, Porto Alegre, Editora da UFRGS. 2004.

\_\_\_\_\_. Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação política dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. Campinas, Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp. 2001.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Unesp, 1997.

GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1993.

GAIGER, Luiz Inácio. Economia popular solidária em seminário: uma conversa de Luiz Inácio Geiger com o Conselho de Trabalhadores In: SEMINÁRIO DO CONSELHO DE ESCOLAS DE TRABALHADORES. 2000. Rio de Janeiro.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária frente a novos horizontes. Boletim do Instituto Humanitas Unisinos on Line. São Leopoldo, n.66, 35p. Disponível e: <http://www.ecosol.org.br>. 2003.

GALVÃO, A. P.; SILVA, G.; COCCO, G. Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GOODLAND, R. and LEDEC, G. Neoclassical Economics and Principles of SACHS, I. Meio ambiente e desenvolvimento: Estratégias de harmonização. In Meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1975.

GRAZIANO DA SILVA, José, A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, Unicamp/IE. 1996.

HADDAD, F. Cooperativismo: política e economia. In: Formação em cooperativismo. USP/Projeto Atual-tec. São Paulo. 1999. (mimeo)

HARVEY, David. Condição Pós Moderna – A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

HOBBSBAWN, Eric J., Mundos do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra. IOKOI, Zilda G. (1996), Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964- 1986. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1989.

HURTIENNE, T. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. In: COELHO, M. C. N.; MATHIS, A. Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional. Belém: NAEA, 2001.

ITCPES/UFPA. Relatório técnico-científico de conteúdo do primeiro semestre de 2004 das atividades de incubação nos empreendimentos solidários da área rural do estado do Pará.

IDESP, Relatório 1993.

JESUS, Paulo. Desenvolvimento Local. In: A Outra Economia/Antonio David Cattani (org). Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

MARTINS, José de Souza, Os camponeses e a política no Brasil. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. “Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical”. Revista São Paulo em Perspectiva, 11 (2): 65-72, abr.-jun., 1997.

MARX, Karl. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. O Capital – Volume I – 14ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1994.

MATA, Possidonio da. “A igreja católica na Amazônia da atualidade”. In: História da Igreja na Amazônia. Petrópolis. Vozes: 1992.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, Fase, 1988.

\_\_\_\_\_. “Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical”. Revista em Perspectiva, abr.-jul. São Paulo, 1997.

POCHMANN, Marcio; BARRETO, Reginaldo M. & MENDONÇA, Sérgio A., “Ação sindical no Brasil: transformações e perspectivas”. São Paulo em Perspectiva, 12 (1): 10-23, jan.-mar. São Paulo. 1998.

REDCLIFT, M. *Development and the Environmental Crisis. Red or Green*

*Alternatives?* London and New York: Methuen & Co. Ltd, 1984.

\_\_\_\_\_. *Sustainable Development. Exploring the contradictions.* London and New York: Methuen & Co. Ltda, 1987.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 14 (40), JUNHO DE 1999.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 21 Nº. 62.

RICCI, Rudá *et all.* Relatório da pesquisa de análise da execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Minas Gerais. —Belo Horizonte: Lumen/Instituto de Pesquisas-PUC/MG. 1997. mimeo.

RICCI, Rudá. Terra de ninguém: o sistema confederativo rural em crise. Revista da ABRA, 24: 5-26, 1994.

RIDDELL, R. *Ecodevelopment.* Farnborough, Eng.: Gower, 1981.

RODRIGUES, Iram J., Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta/Fapesp, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes." 1999.

SACHS, I. Meio ambiente e desenvolvimento: Estratégias de harmonização. In Meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1975.

\_\_\_\_\_. *Studies in Politics of Development.* Oxford: Pergamon Press, 1980.

\_\_\_\_\_. *Ecodesarrollo. Desarrollo sin Destrucción.* El Colegio de Mexico, 1982.

\_\_\_\_\_. *Strategies of Ecodevelopment.* Ceres 17 (4), 1984. Estratégias de Transição para o Século XXI. São Paulo, Ed. Nobel e FUNDAP, 1993.

SADER, Eder., Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SCHMITT, Cláudia Job., "A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no Campo no Rio Grande do Sul", in Zander Navarro (org.), Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1996.

SCHUMACKER, E. *Small is Beautiful.* London, Blond & Briggs, 1973.



SIMÕES, A., SILVA, L. M. S., MARTINS, P. F. S., CASTELLANET, C. (orgs.). Agricultura Familiar: métodos e experiências de Pesquisa-Desenvolvimento. Belém/PA: UFPA/CAP/NEAF/GRET, 2001.

SIMONIAN, L. T. L. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. Bol. do Mus. Para. Emílio Goeldi, ser. Ciências Humanas, Belém, v.1, n.2 p. 5-19, maio-ago. 2005.

SINGER, P. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1998.

\_\_\_\_\_. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas GRAZIANO DA SILVA, José (1999) O Novo Rural Brasileiro, Campinas: IE-Unicamp. Ed Contexto. São Paulo. 1998.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Editora Vozes, coleção zero a esquerda. Petrópolis. 1998.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980

UNITRABALHO. Sindicalismo e cooperativismo – a economia solidária em debate, transformações no mundo do trabalho. São Paulo. 1999.

VEIGA, José Eli et al., “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”. Série Textos para Discussão, 1, Brasília, Nead/MDA, 2001.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. FASE. Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: FASE. (Serie Economia Solidária), 2001.